

## IOCHPE-MAXION S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

#### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### a) Disposições gerais

A Iochpe-Maxion S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBOVESPA S.A. com o código de negociação MYPK3.

As atividades da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto são desenvolvidas em 32 unidades distribuídas no Brasil e no exterior, organizadas nos seguintes segmentos de negócios/unidades:

#### i. Segmento automotivo - rodas

- Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço através das unidades localizadas em:
  - Cruzeiro e Guarulhos - Brasil.
  - Nantong - China.
  - Akron - Estados Unidos da América.
  - Königswinter - Alemanha.
  - Manisa - Turquia.
  - Pune - Índia.
  - San Luis Potosi - México.
- Fabricação e comercialização de rodas leves de aço e alumínio para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios através das unidades localizadas em:
  - Limeira, Santo André e Guarulhos - Brasil.
  - San Luis Potosi, Tlalnepantla e Chihuahua - México.
  - Königswinter - Alemanha.
  - Ostrava - República Checa.

- Manisa - Turquia.
- Pune - Índia.
- Bangkok - Tailândia.
- Johannesburg - África do Sul.
- Sedalia - Estados Unidos da América.
- Manresa - Espanha.
- Dello - Itália.

A Companhia, através de sua controlada em conjunto Remon Resende Montadora Ltda. (“Remon”) atua na prestação de serviços de montagem e balanceamento de conjunto de pneus e rodas com sua unidade na cidade de Resende – Rio de Janeiro.

- Adicionalmente, são comercializadas rodas leves através da unidade localizada em Northville - Estados Unidos da América e Amsterdam – Holanda.

ii. Segmento automotivo - componentes estruturais

- Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais através das seguintes unidades:
  - Cruzeiro, Sete Lagoas, Resende, Juiz de Fora - Brasil.
  - Córdoba - Argentina.
  - Castaños - México.
  - Canelones - Uruguai.
- Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, peças estruturais para automóveis e outros componentes automotivos) através das unidades localizadas em Cruzeiro e Contagem - Brasil.

iii. Segmento ferroviário

Através de sua controlada em conjunto Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. (“Amsted-Maxion”), com unidades localizadas nas cidades de Cruzeiro e Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de fundidos industriais, equipamentos, rodas ferroviárias e vagões ferroviários de carga.

As informações sobre as controladas diretas e indiretas e as controladas em conjunto estão detalhadas na nota explicativa nº 3.

b) Reorganizações societárias

- i. Em 27 de setembro de 2012, a controlada indireta Hayes Lemmerz Aluminio S. de R.L. de C.V., localizada em Chihuahua – México, teve a sua razão social alterada para Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V.
- ii. Em 1º de outubro de 2012, a controlada indireta Hayes Lemmerz Indústria de Rodas Ltda., localizada em Santo André - São Paulo incorporou a também controlada indireta Borlem S.A. Empreendimentos Industriais, localizada em Guarulhos - São Paulo, obtendo maior sinergia e, consequentemente, redução de custos operacionais e financeiros com a otimização das estruturas administrativas.
- iii. Em 05 de outubro de 2012, a controlada indireta Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V., localizada em Chihuahua – México, foi adquirida da controlada HLI European Holdings ETVE, S.a.r.l. pela controlada Iochpe Sistemas Automotivo de México S.A. de C.V., através de uma combinação de negócios entre partes relacionadas, com o objetivo de simplificar a estrutura societária, obtendo maior sinergia e, consequentemente, redução de custos operacionais e financeiros.
- iv. Em 17 de outubro de 2012, a controlada indireta Hayes Lemmerz Inci Jant Sanaye, A.S. inaugurou uma nova planta de alumínio em Manisa - Turquia.
- v. Em 26 de outubro de 2012, a controlada Maxion Hong Kong Limited., empresa inativa conforme divulgado na nota explicativa nº 3, foi definitivamente encerrada.
- vi. Em 1º de dezembro de 2012, foi constituída a controlada indireta Iochpe-Maxion Austria GmbH, e em seguida a controlada indireta Iochpe Holdings Austria GmbH, onde a Companhia passou a consolidar os seus investimentos no exterior, exceto China, Holanda e Argentina.
- vii. Em 14 de dezembro de 2012, a controlada indireta Maxion Inmagusa, localizada em Castaños – México, através de uma combinação de negócios com partes relacionadas, passou a ser uma controlada direta da Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V., a qual, anteriormente, era uma controlada direta da Maxion Fumagalli de México de C.V.
- viii. Em 17 de dezembro de 2012, as controladas Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V. e Iochpe Holdings, LLC, passaram a ser controladas da Iochpe Holdings Austria GmbH. Com essa nova estrutura essas empresas são controladas indiretas da Iochpe Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2012.
- ix. Em 1º de janeiro de 2013, a controlada indireta Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V. incorporou as também controladas indiretas Maxion Fumagalli de México de C.V., localizada em San Luis Potosí – México e a Iochpe Sistemas Automotivos – S. de R.L. de C.V., localizada em Tlalnepantla – México, obtendo maior sinergia e, consequentemente, a redução de custos operacionais e financeiros com a otimização das estruturas administrativas.
- x. Em 1º de janeiro de 2013, a controlada indireta Maxion Inmagusa S.A. de C.V., localizada em Castaños – México incorporou a também controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V., permanecendo a razão social da Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V.

- xi. Em 1º janeiro de 2013, a Controlada indireta Maxion Componentes Estructurales localizada em Castanõs – México incorporou a também controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V., permanecendo a razão social da Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V., com o objetivo de simplificar a estrutura societária no México.

## 2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS (COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS)

### Hayes Lemmerz International, Inc.

Em 1º de fevereiro de 2012, a Companhia, através de sua controlada direta Iochpe Holdings, LLC, adquiriu a participação societária de 100% da Hayes Lemmerz International, Inc. (“Hayes Lemmerz”) e suas controladas, uma fabricante de rodas automotivas, de aço e de alumínio para veículos leves e de aço para veículos comerciais.

Em 24 de fevereiro de 2012, a Hayes Lemmerz teve a sua razão social alterada para Maxion Wheels Inc. (“Maxion Wheels”), conforme “Action by Unanimous Written Consent of the Sole Stockholder”.

A aquisição do controle da Maxion Wheels permitirá à Companhia aumentar a sua presença global, através das 17 unidades industriais localizadas nos Estados Unidos da América, no México, no Brasil, na Alemanha, na República Checa, na Turquia, na Espanha, na Itália, na África do Sul, na Índia e na Tailândia.

O resultado das operações da Maxion Wheels referente ao período de onze meses findo em 31 de dezembro de 2012 contribuiu com uma receita líquida de R\$2.845.825 e lucro líquido de R\$78.296. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, a Administração estimou que a receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 seria de R\$3.069.640 e o lucro líquido do exercício de R\$76.667. Para estimar esses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos, caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012.

O valor da contraprestação transferida e os valores justos reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição são demonstrados a seguir:

### Contraprestação transferida

Caixa	<u>1.120.488</u>
-------	------------------

### Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, avaliados a valores justos

Caixa e equivalentes de caixa	195.730
Contas a receber e outros créditos	445.439
Estoques	227.895
Imposto de renda diferido ativo	14.862
Imobilizado	1.039.034
Intangíveis	112.463
Fornecedores e outras obrigações	(655.049)
Empréstimos e financiamentos	(261.846)
Passivo atuarial de plano de pensão e benefícios pós emprego	(226.319)
Imposto de renda diferido passivo	(69.313)
Passivos contingentes	(17.195)

Participação dos acionistas não controladores	<u>(148.132)</u>
Total líquido de ativos identificáveis	<u>657.569</u>

### Ágio

O ágio reconhecido preliminarmente como resultado da aquisição foi identificado conforme segue:

Valor da contraprestação transferida	1.120.488
Total líquido de ativos identificáveis	<u>(657.569)</u>
Ágio apurado preliminarmente	<u>462.919</u>

Para o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2012, a Administração se valendo das disposições do pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3 – Combinações de Negócios, que permite que ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” de até um ano, revisou o processo de alocação do preço de compra (“Purchase Price Allocation – PPA”) da referida controlada e alocou o montante adicional líquido de R\$17.025, referente a valores justos de imobilizado, líquido dos efeitos de depreciação referente ao período de março a dezembro de 2012.

Desta forma, o ágio final apurado resultou em R\$445.894, conforme segue: R\$

Valor da contraprestação transferida	1.120.488
Total líquido de ativos identificáveis	<u>(657.569)</u>
Ágio apurado preliminarmente	462.919
(-) Alocação adicional de valores justos ao imobilizado	<u>(17.025)</u>
Ágio final apurado	<u>445.894</u>

O ágio apurado foi atribuído à rentabilidade futura, que será obtida principalmente em decorrência das sinergias a serem obtidas da qualidade e do talento técnico da força de trabalho, tanto dos colaboradores da Companhia como da Maxion Wheels, como daquelas que se espera atingir em decorrência da integração das operações entre as diversas unidades do negócio de rodas da Companhia.

No balanço patrimonial consolidado, o ágio está demonstrado na rubrica “Intangível” e sujeito ao teste anual de “impairment”, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”).

Vide detalhes do teste de realização na nota explicativa nº 16.

### Grupo Galaz S.A. de C.V.

Em 23 de janeiro de 2012, a Companhia, através de sua controlada Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V., adquiriu a participação societária de 100% do Grupo Galaz S.A. de C.V. (“Grupo Galaz”) e suas subsidiárias, uma fabricante mexicana de longarinas de aço para veículos comerciais.

Em 23 de janeiro de 2012, o Grupo Galaz teve a sua razão social alterada para “Maxion Inmagusa S.A. de C.V.” (“Maxion Inmagusa”), conforme Assembleia de Acionistas.

A aquisição do controle da Maxion Inmagusa foi feita com o objetivo de aumentar a presença da divisão de componentes estruturais da Companhia nos mercados mexicano e norte-americano (NAFTA).

O resultado das operações da Maxion Inmagusa referente ao período de onze meses findo em 31 de dezembro de 2012 contribuiu com uma receita líquida de R\$395.511 e com um lucro líquido de R\$47.638. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, a Administração estimou que a receita líquida seria de R\$418.884 e o lucro líquido do exercício de R\$55.772. Para estimar esses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos, caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012.

O valor da contraprestação transferida e os valores justos reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição são demonstrados a seguir:

Contraprestação transferida

Caixa	<u>201.972</u>
-------	----------------

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, avaliados a valores justos

Caixa e equivalentes de caixa	37.002
Contas a receber e outros créditos	76.381
Estoques	47.220
Imobilizado	124.864
Fornecedores e outras obrigações	(238.163)
Imposto de renda diferido passivo	(10.782)
Passivos contingentes	(1.491)
Participação dos acionistas não controladores	(6)
Total líquido de ativos identificáveis	<u>35.025</u>

Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi identificado conforme segue:

Valor da contraprestação transferida	201.972
Total líquido de ativos identificáveis	<u>(35.025)</u>
Ágio apurado	<u>166.947</u>

Em adição aos ativos líquidos identificados, a Companhia reconheceu um passivo tributário contingente, avaliado ao seu valor justo, relativo ao risco decorrente da utilização de prejuízos fiscais de anos anteriores por parte das empresas do Grupo Galaz no montante original de R\$35.560, tendo reconhecido em contrapartida, depósito em garantia (“escrow”) no mesmo montante. Em 31 de dezembro de 2012 este saldo atualizado é de R\$38.827. vide detalhes na nota explicativa nº 19.

O ágio apurado foi atribuído à rentabilidade futura, que será obtida principalmente em decorrência das sinergias a serem obtidas da qualidade e do talento técnico da força de trabalho, tanto dos colaboradores da Companhia como da Maxion Inmagusa, como daquelas

que se espera atingir em decorrência da integração das operações entre as diversas unidades do negócio de componentes estruturais da Companhia.

No balanço patrimonial consolidado, o ágio está demonstrado na rubrica “Intangível” e sujeito ao teste anual de “impairment”, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs.

#### Relacionamentos preexistentes

A Companhia não possuía relacionamentos preexistentes de qualquer natureza com o Grupo Galaz e a Hayes Lemmerz.

#### Custos de aquisição

Os custos relacionados à aquisição incorridos com o processo de “due dilligence” e advogados externos, totalizaram R\$1.276 e foram registrados como despesas administrativas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

### 3. EMPRESAS DO GRUPO

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto:

	País	Participação direta - %		Participação indireta - %	
		2012	2011	2012	2011
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (6)	Brasil	50,00	50,00	-	-
Remon Resende Montadora Ltda. (6)	Brasil	33,33	33,33	33,33	-
Maxion Componentes Estruturais Ltda. (2)	Brasil	99,99	99,99	0,01	0,01
Maxion Montich S.A. (6)	Argentina	50,00	50,00	-	-
Montich do Brasil Ltda.	Brasil	-	-	50,00	50,00
Montich Uruguay S.A.	Uruguai	-	-	50,00	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	China	100,00	100,00	-	-
Maxion Hong Kong Limited. (7)	China	-	100,00	-	-
Cooperatie Maxion Europe U.A. (3)	Holanda	99,99	99,99	0,01	0,01
Newbridge Strategic Partners (2)	Cayman	100,00	100,00	-	-
Iochpe Maxion Austria GmbH	Austria	100,00	-	-	-
Iochpe Holdings Austria GmbH	Austria	-	-	100,00	-
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	-	100,00	100,00	-
Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V. (5)	México	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Fumagalli de México S.A. de C.V. (5)	México	-	-	100,00	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos S. de RL de C.V. (5)	México	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Fumagalli de C.V. (5)	México	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V. (1)	México	-	-	100,00	-
Servicios Maxion Wheels Chihuahua S de RL. de C.V.	México	-	-	100,00	-
Maxion Componentes Estruturais	México	-	-	100,00	-
Maxion Inmagusa S.A. de CV (4)	México	-	-	100,00	-
Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. (4)	México	-	-	100,00	-
Servicios Corporativos Inmagusa S.A. de C.V. (4)	México	-	-	100,00	-
Representaciones Inmagusa S.A. de C.V. (4)	México	-	-	100,00	-
Iochpe Holdings, LLC	EUA	-	100,00	100,00	-
Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc.	EUA	-	-	100,00	100,00
Maxion Fumagalli Japan KK	Japão	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels (1)	EUA	-	-	100,00	-
HLI Operating Company, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Japan KK (1)	Japão	-	-	100,00	-
HLI Suspension Holding Company, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	-
HLI Delaware Holdings, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz International - Laredo, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	-
HLI Realty, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz International Howell, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz International - Commercial Highway, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz International - Sedalia, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz International Import, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz International - Georgia, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	-
HLI Netherlands Holdings, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Luxembourg Holdings S.a.r.l. (1)	Luxemburgo	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Finance LLC (1)	EUA	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Finance LLC - Luxembourg S.C.A. (1)	Luxemburgo	-	-	100,00	-
HLI European Holdings ETVE, S.a.r.l. (1)	Luxemburgo	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Czech s.r.o. (1)	República Checa	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Germany Holding GmbH (1)	Alemanha	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Italy Holding, S.r.l. (1)	Itália	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz, S.r.l. (1)	Itália	-	-	100,00	-
Siam Lemmerz Co., Ltd. (1)	Tailândia	-	-	70,00	-
Automotive Overseas Investments (Proprietary) Limited (1)	África do Sul	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz South Africa (Proprietary) Limited (1)	África do Sul	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Manresa, S.L. (1)	Espanha	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L. (1)	Espanha	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Holding GmbH (1)	Alemanha	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Industria de Rodas Ltda (1)	Brasil	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Werke GmbH (1)	Alemanha	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Inci Jant Sanayi, A.S. (1)	Turquia	-	-	60,00	-
Hayes Lemmerz Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. (1)	Turquia	-	-	60,00	-
Hayes Lemmerz Konigswinter GmbH (1)	Alemanha	-	-	100,00	-
Hayes Lemmerz Immobilien GmbH & Co. KG (1)	Alemanha	-	-	100,00	-
Kalyani Hayes Lemmerz Limited (1)	Índia	-	-	85,00	-

(1) Demonstrações financeiras subconsolidadas pela controlada Iochpe Maxion Austria GmbH (Iochpe Holdings, LLC – USA em 2011). Empresas adquiridas em 1º de fevereiro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

(2) Controladas inativas.

(3) Empresa constituída em 2010 com participação indireta da controlada Maxion Componentes Estruturais Ltda.

(4) Demonstrações financeiras subconsolidadas pela controlada Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V. Empresas adquiridas em 23 de janeiro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

(5) Demonstrações financeiras subconsolidadas pela controlada Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.



(6) Demonstrações financeiras consolidadas proporcionalmente devido ao controle compartilhado mantido pela Companhia.

(7) Empresa encerrada em outubro de 2012.

### Controladas em conjunto

Os investimentos nas controladas em conjunto Amsted-Maxion, Maxion Montich S.A. (“Maxion Montich”) e Remon são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e suas informações contábeis são consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de o controle ser compartilhado, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs.

Os principais grupos de contas ativos e passivos e de resultado das referidas controladas em conjunto estão apresentados a seguir:

	<u>Amsted-Maxion</u>		<u>Maxion Montich</u>		<u>Remon</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Balancos patrimoniais</b>						
Ativo circulante	251.355	412.335	38.363	31.736	709	936
Ativo não circulante	384.834	359.159	63.260	62.554	115	134
Total do ativo	<u>636.189</u>	<u>771.494</u>	<u>101.623</u>	<u>94.290</u>	<u>824</u>	<u>1.070</u>
Passivo circulante	400.341	609.737	43.946	25.465	534	543
Passivo não circulante	199.139	63.660	19.573	19.951	83	-
Patrimônio líquido	<u>36.709</u>	<u>98.097</u>	<u>38.104</u>	<u>48.874</u>	<u>207</u>	<u>527</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>636.189</u>	<u>771.494</u>	<u>101.623</u>	<u>94.290</u>	<u>824</u>	<u>1.070</u>

	<u>Amsted-Maxion</u>		<u>Maxion Montich</u>		<u>Remon</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Demonstrações de resultados</b>						
Receita líquida de vendas	755.516	1.110.948	101.138	78.193	2.286	3.244
Custo dos produtos vendidos	<u>(720.617)</u>	<u>(921.380)</u>	<u>(97.049)</u>	<u>(67.392)</u>	<u>(1.742)</u>	<u>(1.899)</u>
Lucro bruto	34.899	189.568	4.089	10.801	544	1.345
Despesas operacionais, líquidas	(129.716)	(124.845)	(10.859)	(6.128)	(809)	(851)
Imposto de renda e contribuição social	<u>33.431</u>	<u>(23.920)</u>	<u>2.128</u>	<u>(1.439)</u>	<u>(56)</u>	<u>(80)</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<u>(61.386)</u>	<u>40.803</u>	<u>(4.642)</u>	<u>3.234</u>	<u>(321)</u>	<u>414</u>

## 4. BASES DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, identificadas como Consolidado (BR GAAP e IFRS).

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos na controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira, nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

#### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

#### c) Moeda funcional e de apresentação.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas e controladas em conjunto incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

#### d) Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 5, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e

passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

d.1) Avaliação do valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das UGCs e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2012 era de R\$731.114 (R\$21.404 em 31 de dezembro de 2011). Os detalhes do teste do valor em uso estão descritos na nota explicativa nº 16.

d.2) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 5.k.3, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Administração revisou e concluiu que, devido à ausência de fatores internos e externos às suas operações e de desenvolvimentos tecnológicos nos ativos, as vidas úteis remanescentes dos ativos permanecem as mesmas. Vide detalhes das vidas úteis dos ativos na nota explicativa nº 15.

Outras áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota explicativa no. 2 – Determinação do valor justo de ativos e passivos adquiridos na combinação de negócios.
- Nota explicativa nº 9 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 10 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 19 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 20 - Benefícios pós-emprego.
- Nota explicativa nº 22 - Plano de outorga de opções de compra de ações.

- Nota explicativa nº 28 - Gestão de risco e instrumentos financeiros.

## 5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### a) Consolidação das demonstrações financeiras

#### a.1) Definição de controladas

São todas as empresas cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não outra empresa. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

#### a.2) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto, encerradas na mesma data-base (exceto pela controlada Remon, conforme divulgado nota explicativa nº 14.c) e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Lucros não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas e controladas em conjunto. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas, e das controladas em conjunto.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), mesma moeda funcional da Companhia.

a.3) Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício.

Os ganhos ou perdas resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior para a moeda de apresentação da Companhia são reconhecidos como “Outros Resultados Abrangentes”. No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, os ganhos ou perdas cambiais acumulados relacionados àquela participação são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme o pronunciamento técnico CPC 02/IAS 29 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras.

a.4) Controladas em conjunto

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas proporcionalmente a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As práticas contábeis de controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas proporcionalmente através do método de equivalência patrimonial.

a.5) Mudanças nas participações em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificado para o resultado ou transferido diretamente para a rubrica “Lucros acumulados”, conforme requerido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente, conforme o pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, ou, quando aplicável, como o custo no reconhecimento inicial de um investimento de uma controlada ou controlada em conjunto.

## b) Combinação de negócios

### b.1) Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 32/IAS 12 - Impostos sobre a Renda e CPC 33/IAS 19 - Benefícios aos Empregados, respectivamente.
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 10(R1)/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações na data de aquisição.
- Ativos classificados como mantidos para venda conforme o pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida e do valor das participações não controladoras na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após

a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida e do valor das participações não controladoras na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contraprestação contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, ou o pronunciamento técnico CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle), e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” são reclassificados no resultado, à medida que tal tratamento seja adequado, caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o exercício de mensuração (vide informação mencionada antes), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as

novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

## b.2) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica “ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência”, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

## c) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. É apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

### c.1) Receita de vendas de produtos

É reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia, às suas controladas e às suas controladas em conjunto; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

### c.2) Receita de prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de execução dos serviços, normalmente com base no tempo, nos materiais contratados e nas despesas diretas incorridas.

### c.3) Receita de dividendos

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.



c.4) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

c.5) Receita de aluguéis

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

d) Transações com moeda estrangeira

São convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

e) Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, por suas controladas e por suas controladas em conjunto são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não possuíam instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. Para 31 de dezembro de 2011, os instrumentos financeiros registrados nessa categoria estão demonstrados na nota explicativa nº 28.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após encerramento de cada exercício, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no caso da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto, compreendem caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7), aplicações financeiras (nota explicativa nº 8), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 9) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 18) e saldos a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº 13), os quais são apresentados pelo

valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até o encerramento de cada exercício.

#### Método da taxa efetiva de juros

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

#### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

Quando aplicável, as operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, por suas controladas e por suas controladas em conjunto são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designadas em uma contabilidade de “hedge”. Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados no resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela área de Tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e em suas respectivas informações de mercado no encerramento de cada exercício, tais como taxa de

juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

#### “Hedges” de fluxo de caixa (“hedge accounting”)

Quando um derivativo é designado como um instrumento de “hedge” em uma proteção (“hedge”) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em “Outros Resultados Abrangentes”.. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (“hedge”) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultado como item objeto de “hedge”. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de “hedge” não mais atenda aos critérios de contabilização de “hedge”, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de “hedge” é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a “hedge” é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo período em que o item objeto de “hedge” afeta o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não possuíam instrumentos financeiros derivativos designados como “hedge accounting”.

#### f) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### g) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### h) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses

créditos, ajustados a valor presente, quando necessário, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se os critérios descritos na nota explicativa nº 9.

i) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 10.

j) Investimentos

j.1) Investimentos em controladas - prática contábil aplicável somente às demonstrações financeiras individuais.

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

j.2) Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”) - prática contábil aplicável somente às demonstrações financeiras individuais.

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

No caso da Companhia, os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional, exceto, nos casos aplicáveis, quando o investimento é classificado como “mantido para venda”; nesse caso, o investimento é contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando aplicável, qualquer ágio resultante da aquisição da participação da Companhia em uma controlada em conjunto é contabilizado de acordo com a prática contábil com relação ao ágio resultante de uma combinação de negócios (nota explicativa nº 5.b).

Quando uma Empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Empresa na controlada em conjunto não relacionada ao Grupo.

j.3) Outros investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

k) Imobilizado

k.1) Reconhecimento e mensuração

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

O imobilizado inclui, quando aplicável, todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como outras receitas e despesas operacionais no resultado.

k.2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

k.3) Depreciação

É calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Nos casos aplicáveis, os ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do

prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente, como mudança de estimativas contábeis.

## l) Intangível

### l.1) Ativos intangíveis adquiridos separadamente, incluindo os adquiridos por combinações de negócios

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) direito de uso de imóveis; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas (no consolidado). Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 16. Os ativos intangíveis sem vida útil definida compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação (“impairment”) e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes.

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 16, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 16.

### l.2) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa quando incorridos.

## m) Arrendamentos mercantis

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente os riscos e benefícios relativos à propriedade do bem para a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o prazo do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do arrendamento.

Os arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Nos casos aplicáveis, os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa efetiva constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

#### n) Avaliação do valor recuperável - “impairment”

##### n.1) Ativos (exceto ágio)

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).



## n.2) Ágio em controladas

Com o objetivo de testar o valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

## n.3) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Adicionalmente, a Companhia considera evidência de perda para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Quando aplicável, todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente, são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

## o) Benefícios pós-emprego

## o.1) Plano de contribuição definida

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 20.

## o.2) Planos de benefício definido

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no fim de cada exercício. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% do maior valor no exercício anterior, entre o valor presente das obrigações com os benefícios definidos e o valor justo dos ativos do plano, são amortizados no período médio restante esperado de vida laboral dos empregados participantes. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, à medida que os benefícios já foram concedidos, ou, então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano. Qualquer ativo resultante desse cálculo está limitado ao montante das perdas atuariais não reconhecidas e do custo dos serviços passados, acrescido do valor presente de restituições disponíveis e reduções em futuras contribuições ao plano. No caso da Companhia, para as demonstrações financeiras consolidadas existem planos de benefício definido patrocinado pela controlada indireta Maxion Wheels, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

## p) Benefícios a colaboradores

## p.1) Participação nos resultados

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

As provisões são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia, suas

controladas e suas controladas em conjunto têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

p.2) Remuneração baseada em ações

Para os participantes dos planos das empresas no Brasil, o valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com o correspondente aumento do patrimônio. No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica “Opções outorgadas reconhecidas”, que registrou o benefício aos colaboradores, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10R1/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

Para os participantes das controladas do exterior, a provisão é acrescida ao passivo não circulante pelo período em que os colaboradores adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (“vesting period”).

q) Provisões

q.1) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19.

q.2) Provisão para reestruturação

Quando aplicável, é reconhecida quando a Companhia tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação começando a implantar esse plano ou

anunciando suas principais características às partes afetadas por ele. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa.

q.3) Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

q.4) Provisão para garantias

As provisões para o custo esperado com a garantia dos produtos vendidos são reconhecidas na data da venda dos respectivos produtos com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto.

q.5) Passivos contingentes em combinações de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento de cada exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida.

r) Tributação

r.1) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no encerramento de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas (vide quadro demonstrativo a seguir), o imposto de renda e a contribuição social da Companhia, das controladas e das controladas em conjunto localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no encerramento de cada exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia

periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

#### r.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, no encerramento de cada exercício esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e as Empresas do Grupo pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### r.3) Impostos correntes e diferidos

É reconhecido como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

## r.4) Alíquotas de imposto de renda das controladas do exterior

<u>País</u>	<u>Alíquota - %</u>
México	30,0
Estados Unidos da América	35,0
Argentina	35,0
China	25,0
Luxemburgo	28,8
Alemanha	31,6
Espanha	30,0
Itália	31,4
República Checa	19,0
Tailândia	23,0
Turquia	20,0
Índia	33,2
África do Sul	28,0
Japão	40,9

## s) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

## t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia; entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após a data a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários, são tratados como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

## u) Informações por segmento

São apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

Um segmento operacional é um componente da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo principal tomador de decisões da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 6.

v) Ajuste a valor presente

Quando aplicável, o cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não registraram os efeitos de ajuste a valor presente de ativos e passivos circulantes em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

Pelo fato de as contas a receber e os saldos a pagar a fornecedores serem liquidados normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores presentes no encerramento de cada exercício.

w) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos produtos vendidos e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

x) Adoção de normas internacionais de relatório financeiro novas e revisadas

x.1) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012 e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações de normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2012. Todavia, não houve adoção antecipada por parte da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas	Substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Separadas que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações contábeis consolidadas e substitui a SIC 12 - <i>Special Purpose Entities</i> .	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em <i>joint ventures</i> , eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 (R) – Benefícios a empregados	Traz modificação na contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano que exigem o reconhecimento dessas alterações conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor".	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) - Demonstrações contábeis Consolidadas e Separadas	Traz alterações à IAS 27.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) - Investimentos em Coligadas	Traz alterações à IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Exceto pelos impactos descritos abaixo, a Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados, a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

Para alguns casos, o CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS's novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados



pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência, que se dará após a aprovação pela CVM.

#### x.2) Revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

As principais exigências dessas cinco normas com impacto para a Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas* que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 *Consolidação – Sociedades de Propósito Específico* será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 *Participações em Joint Ventures*. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores* será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Em junho de 2012, as modificações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação destas IFRSs pela primeira vez.

Essas cinco normas, juntamente com as respectivas modificações relacionadas às regras de transição, são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração espera que a aplicação dessas cinco normas terá um efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por exemplo, a adoção da IFRS 11 resultará em alterações na contabilização do investimento mantido pela Companhia na (i) Amsted-Maxion, (ii) Montich e (iii) Remon, entidades controladas em conjunto de acordo com o IAS 31, atualmente contabilizadas pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a IFRS 11,

estas entidades controladas em conjunto serão classificadas como “joint venture” e registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, resultado do exercício e outros resultados abrangentes das controladas em uma única conta no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou do resultado abrangente como “investimento em joint venture” e “participação nos lucros (prejuízos) de joint venture”, respectivamente. Além dos investimentos nas controladas em conjunto (i) Amsted-Maxion, (ii) Montich e (iii) Remon, a Companhia não possui outras participações em controladas em conjunto.

#### x.3) Revisões sobre contabilização dos planos de benefício pós emprego

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outros resultados abrangentes de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, as despesas com juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior da IAS 19 foram substituídos por um valor de “juros líquidos”, calculado com base na taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa, entretanto, no caso da Companhia, essas alterações já foram antecipadas quando da aquisição da controlada Maxion Wheels em fevereiro de 2012, uma vez que a Administração decidiu pela adoção antecipada da norma revisada quando da avaliação dos ativos e passivos da controlada no momento da aquisição.

Portanto em 31 de dezembro de 2012 não existem efeitos decorrentes de: a) reconhecimento integral dos ganhos atuariais por meio de outros resultados abrangentes e redução do déficit líquido do fundo de pensão; b) reconhecimento imediato dos custos de serviços passados no resultado e aumento do déficit líquido do fundo de pensão e c) reversão da diferença entre o ganho resultante da taxa esperada de retorno sobre os ativos do fundo de pensão e a taxa de desconto por meio do lucro abrangente.

## 6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto, os quais foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços em um ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

As operações realizadas entre os segmentos de negócios apresentados tiveram como base condições equivalentes ao mercado.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia possui dois segmentos de negócio: automotivo e ferroviário.

No segmento automotivo, a Companhia tem como clientes as montadoras de veículos, e seus principais produtos são rodas de aço e alumínio, chassis, longarinas, conjuntos estampados estruturais, alavancas do freio de mão e conjuntos de pedais.

No segmento ferroviário, seus clientes são os operadores logísticos e as mineradoras, e seus principais produtos são vagões de carga, fundidos e rodas ferroviárias.

Os ágios apurados nas aquisições dos Grupos Hayes Lemmerz e Galaz, conforme demonstrado na nota explicativa nº 2, foram alocados no segmento automotivo.

	2012			2011		
	Segmentos			Segmentos		
	Automotivo	Ferrovário	Consolidado	Automotivo	Ferrovário	Consolidado
Receita líquida de vendas	5.320.755	377.758	5.698.513	2.349.665	555.474	2.905.139
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(4.761.901)	(360.309)	(5.122.210)	(1.892.693)	(460.690)	(2.353.383)
Lucro bruto	558.854	17.449	576.303	456.972	94.784	551.756
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(267.937)	(39.772)	(307.709)	(147.890)	(47.959)	(195.849)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.757	(841)	9.916	(90)	2.436	2.346
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	301.674	(23.164)	278.510	308.992	49.261	358.253
Receitas financeiras	86.704	1.152	87.856	59.614	2.132	61.746
Despesas financeiras	(223.083)	(25.397)	(248.480)	(57.890)	(19.031)	(76.921)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	165.295	(47.409)	117.886	310.716	32.362	343.078
Imposto de renda e contribuição social	(28.896)	16.716	(12.180)	(107.682)	(11.960)	(119.642)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	136.399	(30.693)	105.706	203.034	20.402	223.436
Atribuído aos acionistas controladores	97.557	(30.693)	66.864	203.034	20.402	223.436
Atribuído aos acionistas não controladores	38.842	-	38.842	-	-	-

Das vendas do segmento automotivo registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, 91,1% (91,7% em 31 de dezembro de 2011) foram para montadoras, tanto para o mercado interno como para o mercado externo; o restante representa vendas para o mercado de reposição e outras vendas. Em relação ao segmento ferroviário, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as vendas para os operadores logísticos representaram 45% (34% em 31 de dezembro de 2011) e 18% para as companhias de mineração (47% em 31 de dezembro de 2011), sendo o restante representado por outras vendas de peças fundidas.

As vendas foram originadas pelas seguintes regiões:

	2012			2011		
	Segmentos			Segmentos		
	Automotivo	Ferrovário	Total	Automotivo	Ferrovário	Total
. África/Oriente Médio	2,0%	-	1,9%	-	-	-
. América Latina	36,6%	100%	40,8%	82,2%	100%	85,6%
. Ásia / Oceania	5,9%	-	5,5%	1,3%	-	1,1%
. EUA	10,6%	-	9,9%	6,7%	-	5,4%
. Europa	29,9%	-	27,9%	0,3%	-	0,2%
. México	15,0%	-	14,0%	9,5%	-	7,7%

### Balanco patrimonial por segmento

	2012			2011		
	Segmentos			Segmentos		
	Automotivo	Ferrovário	Total	Automotivo	Ferrovário	Total
<b>Ativo</b>						
Circulante	2.029.195	125.678	2.154.873	994.113	206.168	1.200.281
Não circulante	127.488	68.484	195.972	9.807	56.355	66.162
Investimentos	104	-	104	104	-	104
Imobilizado	2.441.612	123.932	2.565.544	983.355	123.224	1.106.579
Intangível	869.089	-	869.089	27.438	-	27.438
<b>Total do ativo</b>	<b>5.467.488</b>	<b>318.094</b>	<b>5.785.582</b>	<b>2.014.817</b>	<b>385.747</b>	<b>2.400.564</b>
<b>Passivo</b>						
Circulante	1.608.571	200.171	1.808.742	756.034	304.868	1.060.902
Não circulante	2.786.361	99.569	2.885.930	389.212	31.830	421.042
Patrimônio líquido	894.684	18.354	913.038	869.571	49.049	918.620
Participação dos acionistas não controladores	177.872	-	177.872	-	-	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.467.488</b>	<b>318.094</b>	<b>5.785.582</b>	<b>2.014.817</b>	<b>385.747</b>	<b>2.400.564</b>

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Caixa e bancos</b>				
No Brasil	9.419	11.089	12.306	19.675
No Exterior	-	-	212.944	6.858
<b>Total</b>	<b>9.419</b>	<b>11.089</b>	<b>225.250</b>	<b>26.533</b>
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata</b>				
No Brasil	209.010	235.552	210.337	254.851
No Exterior	-	-	70.913	10.100
	<b>209.010</b>	<b>235.552</b>	<b>281.250</b>	<b>264.951</b>
<b>Total</b>	<b>218.429</b>	<b>246.641</b>	<b>506.500</b>	<b>291.484</b>

As aplicações financeiras mantidas pela Companhia, por suas controladas e por suas controladas em conjunto no Brasil em 31 de dezembro de 2012 são representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras

com remuneração média de 102,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (104,5% em 31 de dezembro de 2011), e são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate ou serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

No consolidado, no exterior, em 31 de dezembro de 2012, as aplicações financeiras de liquidez imediata estão divididas em: (a) R\$37.283, denominadas em pesos mexicanos, remuneradas à taxa média de 3,1% ao ano (R\$10.100 em 31 de dezembro de 2011, remuneradas à taxa média de 3,7% ao ano); (b) R\$33.275, denominadas em dólares norte-americanos, remuneradas à taxa média de 0,3% ao ano; e (c) R\$355, denominadas em pesos argentinos, remuneradas à taxa média de 2,0% ao ano.

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2011 referiam-se a CDBs de curto prazo com vencimento superior a 90 dias, os quais eram remunerados a taxas que variavam entre 100% e 104,5% do CDI. Em 31 de dezembro de 2012, foram reclassificadas para “Caixa e equivalentes de caixa”, devido ao reenquadramento de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 7.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No Brasil	199.465	205.010	353.794	342.874
No exterior	11.687	11.436	410.233	54.878
Partes relacionadas no Exterior (nota explicativa nº 13)	24.088	32.923	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.879)	(1.736)	(4.303)	(1.772)
Total	<u>233.361</u>	<u>247.633</u>	<u>759.724</u>	<u>395.980</u>

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	208.063	207.686	681.302	341.884
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	17.253	23.298	52.235	27.858
De 31 a 60 dias	1.722	12.648	8.265	18.557
De 61 a 90 dias	2.855	1.196	8.600	3.210
De 91 a 180 dias	1.534	1.129	5.961	2.523
Acima de 181 dias	<u>3.813</u>	<u>3.412</u>	<u>7.664</u>	<u>3.720</u>
Total	<u>235.240</u>	<u>249.369</u>	<u>764.027</u>	<u>397.752</u>

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto têm como procedimento analisar a composição dos títulos vencidos, adotando o critério de provisão para créditos de

liquidação duvidosa à totalidade dos títulos vencidos acima de 90 dias sem evidências de negociação, clientes concordatários e falidos.

Determinados títulos foram objeto de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cujo efeito foi um complemento líquido de R\$143 na controladora e R\$2.531 no consolidado, sendo este último explicado em sua grande parte pelo efeito da aquisição da controlada Maxion Wheels em 1º de fevereiro de 2012, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

## 10. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	55.921	50.304	234.780	96.988
Produtos em elaboração	54.744	40.331	133.925	68.161
Matérias-primas	58.878	72.728	235.534	171.860
Materiais auxiliares	5.259	4.301	80.215	16.148
Materiais para embalagens e almoxarifado	4.638	4.291	10.466	6.321
Adiantamento a fornecedores	11.338	21.428	20.352	28.785
Importações em andamento	4.735	2.527	5.357	2.611
Provisão para perdas	<u>(5.860)</u>	<u>(2.599)</u>	<u>(16.726)</u>	<u>(8.371)</u>
Total	<u>189.653</u>	<u>193.311</u>	<u>703.903</u>	<u>382.503</u>

Determinados estoques considerados de giro lento foram objeto de constituição de provisão para perda para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cujo efeito foi um complemento líquido de R\$3.261 na controladora e de R\$8.355 no consolidado, sendo este último explicado em sua grande parte pelo efeito da aquisição da controlada Maxion Wheels em 1º de fevereiro de 2012, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

## 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	10.271	10.931	23.956	29.654
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	13.387	16.754	14.943	19.811
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	912	899	20.819	19.021
PIS - Programa de integração social	1.445	1.411	12.600	5.482
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	12.786	11.564	20.004	18.351
Outros	3.750	2.335	6.209	6.492
Imposto sobre valor adicionado IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	45.004	9.905
Turquia	-	-	10.738	-
Itália	-	-	4.817	-
Republica Checa	-	-	3.451	-
Outros países	-	-	9.480	-
<b>Total</b>	<b>42.551</b>	<b>43.894</b>	<b>172.021</b>	<b>108.716</b>
Ativo circulante	32.854	33.239	110.514	56.205
Ativo não circulante	9.697	10.655	61.507	52.511

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais	7.190	5.258	11.162	8.109
Provisão para riscos trabalhistas/cíveis	1.718	1.224	10.411	2.359
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	639	590	1.463	602
Provisão para participação nos resultados	2.860	4.416	6.099	5.172
Provisão para perdas dos estoques	1.992	884	5.687	2.846
Outras	11.135	12.127	19.173	16.738
Subtotal	25.534	24.499	53.995	35.826
Prejuízos fiscais	-	4.650	58.911	24.342
Base negativa de contribuição social	-	2.669	27.539	10.260
Subtotal	-	7.319	86.450	34.602
Total Ativo	25.534	31.818	140.445	70.428
Diferença de depreciação vida útil imobilizado	28.995	18.390	122.462	40.048
Diferença de amortização vida útil intangível	-	-	12.791	-
Custo atribuído imobilizado - CPC 27	64.572	70.345	79.634	86.238
Custos financeiros capitalizados - CPC 08	5.532	1.247	5.532	1.247
Amortização da mais valia sobre investimentos	-	-	8.003	8.947
Amortização fiscal do ágio sobre investimentos (*)	20.795	14.051	20.795	14.051
Outros	-	(35)	15.383	(5.102)
Total Passivo	119.894	103.998	264.600	145.429
Compensações com o ativo	(25.534)	(31.818)	(75.728)	(70.428)
Ativo tributário diferido líquido	-	-	64.717	-
Passivo tributário diferido líquido	94.360	72.180	188.872	75.001

(\*) Devido à revogação da prática contábil de amortização de ágio gerado na aquisição de controladas, conforme as alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 a Companhia passou a aproveitar o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da ex-controlada Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda. no montante de R\$119.018, através do Regime Tributário de Transição - RTT, cujo efeito estava sendo anteriormente compensado à razão de 1/72 avos mensais, com valor de amortização mensal de R\$1.653, o qual vem gerando um impacto tributário de R\$562 ao mês. Para isso, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre a base para aproveitamento fiscal e amortização contábil está sendo considerada como uma diferença temporária para fins de IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos, cujos efeitos estão sendo registrados no passivo não circulante.

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade legal/jurisdição tributária e possuem a mesma natureza.



Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia também possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por algumas de suas controladas no Brasil e no exterior.

Esses prejuízos fiscais não constituídos são como segue:

País	Valor - US\$	2012		
		Valor	Prescrição	Limite por ano
Luxemburgo (i)	323.908	661.906	não há	não há
Espanha (ii)	43.891	89.691	2021 a 2028	50%
Itália (ii)	37.683	77.005	não há	80%
África do Sul (ii)	19.584	40.020	não há	não há
México (ii)	4.456	9.106	2019 a 2021	não há
Brasil - Componentes Automotivos (iii)	-	3.741	não há	30%
Estados Unidos da América (ii)	258.613	528.476	2014 a 2031	(iv)
Total	688.135	1.409.945		

- (i) Empresa adquirida através Hayes Lemmerz International, Inc. em 1º de fevereiro de 2012, sendo uma “holding” pura. Por não ser assegurada a realização dos créditos decorrentes de prejuízos fiscais, a Companhia, conservadoramente, não reconheceu o crédito tributário diferido de imposto de renda sobre esses valores.
- (ii) Empresas adquiridas através Hayes Lemmerz Internacional, Inc. em 1º de fevereiro de 2012. Por não ser assegurada a realização dos créditos decorrentes de prejuízos fiscais, a Companhia, conservadoramente, não reconheceu o crédito tributário diferido de imposto de renda sobre esses valores.
- (iii) Não registrados em virtude de atualmente ser uma controlada inativa.
- (iv) Depende do estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social registrado no consolidado, nos seguintes exercícios:

2013	3.565
2014	8.817
2015	9.499
2016	10.962
2017 em diante	<u>53.607</u>
Total de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>86.450</u>

A Administração da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto consideram que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$25.534 (R\$24.499 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e de R\$53.995 (R\$35.826 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado serão realizados na proporção da resolução final dos processos judiciais e dos demais eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### b) Correntes

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	99.130	325.988	117.886	343.078
Alíquota combinada - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Despesas de IR/CS à alíquota combinada	(33.704)	(110.836)	(40.081)	(116.647)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.550)	8.033	-	-
Despesas indedutíveis	(1.021)	(872)	(27.969)	(1.546)
Benefício dos juros sobre capital próprio	8.626	-	8.626	-
Benefício dos projetos de inovação tecnológica	5.386	6.064	5.386	6.064
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	(5.666)	(3.129)	(7.803)
Crédito tributário constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal (*)	-	-	47.341	-
Outras	<u>(3.003)</u>	<u>725</u>	<u>(2.354)</u>	<u>290</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(32.266)</u>	<u>(102.552)</u>	<u>(12.180)</u>	<u>(119.642)</u>
Correntes	(10.069)	(66.934)	(71.974)	(85.906)
Diferidos	(22.197)	(35.618)	59.794	(33.736)
Alíquotas efetivas	33%	31%	10%	35%

(\*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2b.ii), em 1º de outubro de 2012, a controlada indireta Hayes Lemmerz Indústria de Rodas Ltda., localizada na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, incorporou a também controlada indireta Borlem S.A. Empreendimentos Industriais, localizada na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, obtendo maior sinergia e, consequentemente, redução de custos operacionais e financeiros com a otimização das estruturas industriais e administrativas. Consequentemente, a Administração reconheceu integralmente os créditos tributários não reconhecidos em exercícios anteriores no montante de R\$47.341 face a perspectiva de sua provável realização.

### 13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações envolvendo a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto.

Os montantes referentes à remuneração da Administração estão apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Conselho de Administração e diretores estatutários	6.660	5.775
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	76.309	30.521
Participação nos resultados pactuados (bônus)	-	11.868

A remuneração global anual fixada para o Conselho de Administração e diretores estatutários administradores para o período de 12 meses a findar-se em abril de 2013, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012, foi de R\$15.102.

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$1.184 (R\$1.043 em 31 de dezembro de 2011) em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi reconhecida uma despesa referente aos planos de outorga de opções de R\$563 e uma reversão de R\$197 de opções exercíveis a preço médio de R\$9,85 (não haviam opções exercíveis em 2011). O plano de Outorga de Opções de Compra de Ações para administradores e colaboradores da Companhia e controladas foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 1º de dezembro de 2009. Vide detalhes na nota explicativa nº 22.

Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto operações entre estas, a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as de mercado, considerando a ausências de riscos nessas operações. Tais operações incluem, entre outros, contratos de serviços compartilhados, contrato de consultoria, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

	2012					2012		
	Ativo			Passivo		Resultado		
	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Vendas	Compras	Despesas
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	-	-	-	-	-	24.806	-	4.196
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	-	-	983	-	-	659	-
Maxion Fumagalli de México S de R.L. de C.V	143	-	-	-	-	5.190	-	-
Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc.	23.945	-	6.750	1	-	160.178	97	556
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	-	-	48	-	-	-	-	-
Iochepe Holdings, LLC	-	-	579	-	3.633	-	-	-
Maxion Montich S.A.	-	545	-	-	-	-	-	-
Total	<u>24.088</u>	<u>545</u>	<u>7.377</u>	<u>984</u>	<u>3.633</u>	<u>190.174</u>	<u>756</u>	<u>4.752</u>

	2011					2011		
	Ativo			Passivo		Resultado		
	Contas a receber	Empréstimos a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Vendas	Compras	Despesas
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	-	-	-	-	-	31.178	-	2.909
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	3.131	-	-	1.132	-	-	16.521	-
Maxion Fumagalli de México S de R.L. de C.V	-	-	-	-	-	8.045	-	-
Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc.	29.792	-	6.130	2.099	-	123.628	1.382	385
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	-	-	48	-	-	-	-	-
Iochpe Holdings, LLC	-	-	522	-	3.202	-	-	-
Total	32.923	-	6.700	3.231	3.202	162.851	17.903	3.294

### Contratos de mútuo

O saldo de R\$6.750 (R\$6.130 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao mútuo da Companhia com a Fumagalli Automotive USA, Inc., denominado em dólares norte-americanos, acrescido de juros de 1,41% ao ano, com vencimento previsto para 4 de abril de 2013.

O saldo de R\$579 (R\$522 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao mútuo da Companhia com a Iochpe Holdings, LLC, denominado em dólares norte-americanos, acrescido de juros de 2,34% ao ano, com vencimento previsto para 30 de junho de 2013.

O saldo de R\$3.633 (R\$3.202 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao mútuo da Iochpe Holdings, LLC com a Companhia, denominado em dólares norte-americanos, acrescido de juros de 6% ao ano, com vencimento previsto para 30 de junho de 2013.

### Transações de vendas e compras

Conforme demonstrado no quadro anterior, no exercício de 2012, a Companhia efetuou vendas de rodas, chassis e sucata, respectivamente, para as seguintes empresas:

- Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc., no montante de R\$160.178 (R\$123.628 em 31 de dezembro de 2011).
- Maxion Fumagalli de México S. de R.L. de C.V., no montante de R\$5.190 (R\$8.045 em 31 de dezembro de 2011).
- Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A., no montante de R\$24.806 (R\$31.178 em 31 de dezembro de 2011).

Em 2012, a Companhia também efetuou compras de rodas e chassis, respectivamente, das seguintes empresas:

- Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc., no montante de R\$97 (R\$1.382 em 31 de dezembro de 2011).
- Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd., no montante de R\$659 (R\$16.521 em 31 de dezembro de 2011).

A seguir, um resumo dos principais contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas:

#### Serviços compartilhados (“shared services agreement”)

Em 29 de fevereiro de 2000, a Amsted-Maxion e a Companhia, visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento de infraestrutura e das instalações localizada na unidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, uma vez que suas unidades são adjacentes e localizadas no mesmo complexo industrial. Cada uma das partes deverá arcar com o custo relativo à manutenção e à administração das instalações localizadas em sua propriedade. O contrato tem vigência de 25 anos. As despesas de infraestrutura e instalações registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$4.196 (R\$2.909 em 2011).

#### Contratos com membros do Conselho de Administração

A Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc. possui contrato com a BMA Automotive LLC (“BMA”), empresa controlada por Salomão Ioschpe, membro do Conselho de Administração e acionista da Companhia. Através desse contrato, a BMA presta consultoria para as divisões de rodas e chassis, no atendimento a determinados clientes nos Estados Unidos da América e no Canadá. As despesas relativas a esse contrato, registradas na rubrica “Despesas com vendas”, somaram R\$556 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$385 em 31 de dezembro de 2011).

#### Avais e garantias concedidas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha os seguintes valores prestados como avais em operações mantidas por suas controladas e suas controladas em conjunto, referentes substancialmente aos empréstimos e financiamentos divulgados na nota explicativa nº 17:

- Maxion Componentes Estruturais Ltda.: R\$13.800 (R\$13.800 em 31 de dezembro de 2011).
- Iochpe Holdings, LLC: R\$1.352.813.
- Maxion Wheels: R\$303.868.
- Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V.: R\$408.700.
- Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.: R\$242.262 (R\$295.868 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava um montante de R\$58.611 (R\$42.363 em 31 de dezembro de 2011) como garantia dos contratos de empréstimos mantidos por sua controlada Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada em conjunto Amsted-Maxion possui uma linha de crédito de R\$200.000 pré-aprovada por bancos comerciais brasileiros, garantida pela Companhia, cuja utilização até aquela data era de R\$137.258.

## 14. INVESTIMENTOS

## a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Participação em controladas	197.572	186.990	-	-
Participação em controladas em conjunto	35.491	71.677	-	-
Subtotal - participação em controladas	233.063	258.667	-	-
Ágio na aquisição de controlada	20.292	20.292	-	-
Outros investimentos	104	104	104	104
Total	253.459	279.063	104	104

## b) Movimentação

	2012							
	Saldo em 2011	Transferência/ baixa	Aumento de capital	Varição cambial sobre investimento no exterior	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio destinados	Passivo a descoberto em controladas	Saldo em 2012
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos								
Ferrovários S.A. (i)	47.064	-	-	-	(30.694)	-	-	16.370
Iochpe Maxion Austria GmbH (ii)	-	227.892	292	(35.412)	(16.819)	-	-	175.953
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (iii)	10.178	-	26.295	1.947	(16.931)	-	-	21.489
Iochpe Sistemas Automotivos de México, De C.V. S.A.	-							-
	153.208	(229.275)	-	36.350	39.717	-	-	-
Maxion Hong Kong Limited.	2	(2)	-	-	-	-	-	-
Cooperatie Maxion Europe U.A.	(47)	-	-	105	(153)	-	95	-
Maxion Montich S.A. (v)	24.437	-	-	(1.438)	(2.321)	(1.626)	-	19.052
Remon Resende Montadora Ltda.	176	-	-	-	(107)	-	-	69
Iochpe Holdings, LLC (iv)	23.519	1.383	8.653	(35.717)	2.162	-	-	-
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	-	-	-	-	-	-	130
Total	258.667	(2)	35.240	(34.165)	(25.146)	(1.626)	95	233.063

- (i) Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido da controlada em conjunto está ajustado por lucro não realizado no montante de R\$1.985, decorrente da venda de uma parte do terreno da unidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, para a Companhia, correspondente à participação de 50%.
- (ii) Em 1º de dezembro de 2012, foi constituída a controlada Iochpe Maxion Áustria GmbH com a capitalização de R\$292, equivalente a €100 mil. Em dezembro de 2012, os investimentos da Companhia mantidos na Iochpe Sistemas Automotivos de México de C.V. e Iochpe Holdings, LLC foram conferidos a essa controlada na Áustria.
- (iii) Em 6 de fevereiro, 14 de março e 20 de dezembro de 2012, foram efetuados aumentos de capital nos montantes de R\$6.903, R\$9.084 e R\$ 10.308, respectivamente, equivalentes a US\$4.000 mil, US\$5.000 mil e US\$5.000 mil, respectivamente.
- (iv) Em 2 de fevereiro de 2012 foi efetuado aumento de capital no montante total de R\$8.653, equivalente a US\$5.000 mil.
- (v) Em 31 de dezembro de 2012, do montante total declarado de dividendos, R\$545 encontram-se pendente de recebimento.

c) Informações das empresas controladas

2012							
Nº de ações ou quotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	(Prejuízo) / lucro líquido do exercício
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	6.020.031	50,00	636.189	599.480	43.702	36.709	755.516 (61.386)
Iochpe Maxion Austria GmbH (i)		100,00	3.863.220	3.509.397	242.669	175.953	256.644 (16.819)
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (ii)	-	100,00	89.866	68.377	98.828	21.489	41.151 (16.931)
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. De C.V.	781.215	100,00	-	-	-	-	653.015 39.716
Maxion Hong Kong Limited.	10	100,00	-	-	-	-	-
Cooperatie Maxion Europe U.A.	50	99,99	6.811	6.906	135	(95)	20.084 (153)
Maxion Montich S.A.	2.813	50,00	101.623	63.518	2.340	38.104	101.138 (4.642)
Remon Resende Montadora Ltda. (iii)	30	33,33	824	617	90	207	2.286 (321)
Iochpe Holdings, LLC	5	100,00	-	-	-	-	2.884.069 2.162
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	99,99	178	48	3.871	130	-

2011							
Nº de ações ou quotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	6.020.031	50,00	771.494	673.397	43.702	98.097	1.110.984 40.803
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (ii)	-	100,00	81.875	71.697	63.519	10.178	60.153 (10.782)
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. De C.V.	781.215	100,00	251.974	98.766	105.080	153.208	239.853 18.387
Maxion Hong Kong Limited.	10	100,00	2	-	2	2	-
Cooperatie Maxion Europe U.A.	50	99,99	12.265	12.312	122	(47)	6.760 (168)
Maxion Montich S.A.	2.813	50,00	94.290	45.416	2.453	48.874	78.193 3.234
Remon Resende Montadora Ltda.	30	33,33	1.070	543	90	527	3.244 414
Iochpe Holdings, LLC	5	100,00	71.052	47.532	23.448	23.520	183.892 (3.468)
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	99,99	178	48	3.871	130	-

(i) De acordo com a legislação austríaca, não existe a figura de quantidade de ações ou cotas.

(ii) De acordo com a legislação chinesa, não existe a figura de quantidade de ações ou cotas.

(iii) Foram utilizadas as informações financeiras na data-base 30 de novembro de 2012.

d) Ágio na aquisição de investimento

Na controladora, o saldo de R\$20.292 refere-se ao ágio gerado na aquisição da Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda. incorporada na Companhia em 2 de novembro de 2009.

## 15. IMOBILIZADO

## a) Composição - controladora

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	5,56	206.049	(62.421)	143.628	132.985
Máquinas e equipamentos	7,84	813.520	(361.676)	451.844	408.793
Moldes	18	51.449	(28.046)	23.403	21.211
Móveis e utensílios	7,5	15.133	(7.526)	7.607	6.969
Veículos	18,89	2.772	(1.294)	1.478	1.500
Equipamentos de informática	35	17.436	(12.289)	5.147	4.554
Outras imobilizações	26,25	7.253	(4.329)	2.924	2.176
Ferramentais	8,33	101.470	(45.959)	55.511	58.308
Terrenos	-	24.251	-	24.251	24.176
Obras em andamento (i)	-	24.634	-	24.634	72.384
Peças de reposição de máquinas	-	58.960	-	58.960	51.674
Adiantamentos a fornecedores	-	8.562	-	8.562	9.571
Total		<u>1.331.489</u>	<u>(523.540)</u>	<u>807.949</u>	<u>794.301</u>

Movimentação do custo - controladora

	2011	2012				Custo
	Custo	Adições	Baixas	Ajuste	Transferências	
				PPA (iv)		
Edificações e benfeitorias	189.887	-	(18)	-	16.180	206.049
Máquinas e equipamentos	744.636	4.021	(5.950)	-	70.813	813.520
Moldes	48.482	294	(3)	-	2.676	51.449
Móveis e utensílios	13.973	55	(43)	-	1.148	15.133
Veículos	2.600	131	(316)	-	357	2.772
Equipamentos de informática	15.447	95	(382)	-	2.276	17.436
Outras imobilizações	5.953	1.248	(5)	-	57	7.253
Ferramentais	102.470	1.120	(6.523)	-	4.403	101.470
Terrenos	24.176	-	-	-	75	24.251
Obras em andamento (i)	72.384	34.843	-	-	(82.593)	24.634
Peças de reposição de máquinas	51.674	7.286	-	-	-	58.960
Adiantamentos a fornecedores	9.571	16.836	(2.453)	-	(15.392)	8.562
Total	<u>1.281.253</u>	<u>65.929</u>	<u>(15.693)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.331.489</u>



### Movimentação da depreciação - controladora

	2011	2012			
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada
Edificações e benfeitorias	(56.902)	(5.522)	3	-	(62.421)
Máquinas e equipamentos	(335.843)	(29.872)	4.039	-	(361.676)
Moldes	(27.271)	(778)	3	-	(28.046)
Móveis e utensílios	(7.004)	(556)	34	-	(7.526)
Veículos	(1.100)	(417)	223	-	(1.294)
Equipamentos de informática	(10.893)	(1.779)	383	-	(12.289)
Outras imobilizações	(3.777)	(552)	-	-	(4.329)
Ferramentais	(44.162)	(4.678)	2.881	-	(45.959)
Total	<u>(486.952)</u>	<u>(44.154)</u>	<u>7.566</u>	<u>-</u>	<u>(523.540)</u>

### b) Composição - consolidado

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	2,7	666.130	(133.452)	532.678	242.096
Máquinas e equipamentos	6,5	2.163.473	(660.437)	1.503.036	558.373
Moldes	2,5	74.782	(42.112)	32.670	29.923
Móveis e utensílios	4,1	19.989	(10.110)	9.879	9.529
Veículos	12,6	4.394	(1.919)	2.475	2.065
Equipamentos de informática	10,9	27.390	(16.609)	10.781	5.805
Outras imobilizações	2,2	25.726	(4.374)	21.352	2.213
Ferramentais	6,2	140.733	(55.039)	85.694	63.428
Terrenos	-	160.635	-	160.635	33.741
Obras em andamento (ii)	-	135.316	-	135.316	95.168
Peças de reposição de máquinas	-	62.466	-	62.466	54.668
Adiantamentos a fornecedores	-	<u>8.562</u>	<u>-</u>	<u>8.562</u>	<u>9.570</u>
Total		<u>3.489.596</u>	<u>(924.052)</u>	<u>2.565.544</u>	<u>1.106.579</u>

**Movimentação do custo - consolidado**

	2011	2012					
	Custo	Aquisições (iii)	Varição Cambial	Adições	Baixas	Ajustes "PPA" (iv)	Transferências
Edificações e benfeitorias	321.384	257.848	64.724	-	(57)	(14.842)	37.073
Máquinas e equipamentos	978.861	775.496	134.322	16.684	(11.743)	48.225	221.628
Moldes	70.035	-	351	294	(151)	-	4.253
Móveis e utensílios	18.163	2.144	(418)	56	(1.074)	-	1.118
Veículos	3.483	449	108	292	(437)	-	499
Equipamentos de informática	18.840	4.852	516	492	(772)	-	3.462
Outras imobilizações	6.029	2.909	391	1.296	(69)	-	15.170
Ferramentais	110.651	15.348	3.386	10.810	(5.592)	-	6.130
Terrenos	33.741	131.031	12.146	-	-	(16.358)	75
Obras em andamento (ii)	95.168	92.872	19.710	205.039	(3.456)	-	(274.017)
Peças de reposição de máquinas	54.668	-	-	7.798	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9.570	-	-	16.836	(2.453)	-	(15.391)
Total	1.720.593	1.282.949	235.236	259.597	(25.804)	17.025	-

**Movimentação da depreciação - consolidado**

	2011	2012				
	Depreciação acumulada	Aquisição (iii)	Varição cambial	Adições	Baixas	Transferências
Edificações e benfeitorias	(79.288)	(27.436)	(8.498)	(18.232)	2	-
Máquinas e equipamentos	(420.488)	(86.478)	(24.164)	(139.570)	9.843	420
Moldes	(40.112)	-	(137)	(1.866)	3	-
Móveis e utensílios	(8.634)	(1.579)	427	(811)	487	-
Veículos	(1.418)	(383)	178	(554)	258	-
Equipamentos de informática	(13.035)	(1.870)	552	(2.995)	739	-
Outras imobilizações	(3.816)	-	-	(572)	14	-
Ferramentais	(47.223)	(1.305)	(736)	(8.656)	2.881	-
Total	(614.014)	(119.051)	(32.378)	(173.256)	14.227	420

- (i) Em 31 de dezembro de 2012 é composto por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$6.591 (R\$47.036 em 31 de dezembro de 2011); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$13.474 (R\$12.741 em 31 de dezembro de 2011); e (3) outros ativos, no montante de R\$4.569 (R\$12.607 em 31 de dezembro de 2011), referentes, respectivamente, às expansões das unidades de Contagem, Cruzeiro e Limeira da Companhia.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2012 é composto por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$5.871 (R\$63.916 em 31 de dezembro de 2011); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$123.604 (R\$11.711 em 31 de dezembro de 2011); e (3) outros ativos, no montante de R\$5.841 (R\$19.541 em 31 de dezembro de 2011), referentes, respectivamente, às expansões das unidades do México (através da controlada indireta Maxion Wheels), de Contagem, de Cruzeiro e de Limeira da Companhia.
- (iii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o primeiro trimestre de 2012 foram efetuadas as aquisições da Hayes Lemmerz e do Grupo Galaz, em que foram adicionados os montantes de R\$1.039.034 e R\$124.864, representando um acréscimo no consolidado de R\$1.163.898 no ativo imobilizado consolidado da Companhia, os quais foram suportados por laudos de avaliação preparados por empresa especializada.
- (iv) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, decorre dos ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" de até um ano, decorrente do processo de alocação do preço de compra da controlada Maxion Wheels.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não identificaram a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma provisão para “impairment” foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os valores dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em operações de empréstimos e financiamentos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

## 16. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Custo / Amortização								Saldo em 2012
	Taxa de amortização	Métodos de amortização	Saldo em 2011	Aquisições	Adições	Variação cambial	Amortização	Ajustes "PPA" (ix)	
<i>Software</i>	20%	linear	1.521	-	1.246	-	(469)	-	2.298
Direito de uso do terreno (i)	2%	linear	4.513	-	-	312	(91)	-	4.734
<i>Versastyle Technology</i> (ii)	20%	linear	-	4.983	-	1.115	(1.922)	-	4.176
Outros	Diversos	linear	-	791	141	169	(24)	-	1.077
Marca (iii)	sem vida útil definida		-	42.571	-	7.495	-	-	50.066
Relacionamento com clientes (iv)	7%	linear	-	64.118	-	11.287	(5.299)	5.518	75.624
Ágio na aquisição de controladas:									
Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda (v)			20.292	-	-	-	-	-	20.292
Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V. (vi)			1.112	-	-	99	-	-	1.211
Hayes Lemmerz International, Inc (vii)			-	462.919	-	81.596	-	(17.025)	527.490
Grupo Galaz e subsidiárias (viii)			-	166.947	-	15.174	-	-	182.121
Total			<u>27.438</u>	<u>742.329</u>	<u>1.387</u>	<u>117.247</u>	<u>(7.805)</u>	<u>(11.507)</u>	<u>869.089</u>

- (i) Refere-se ao direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion Wheels Co., Ltd. (Nantong China). A amortização é calculada linearmente pelo prazo de 50 anos, conforme previsto no contrato de concessão com a prefeitura local.
- (ii) A marca “Versastyle Technology” foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o qual possui vida útil remanescente de 4,8 anos e será amortizado completamente até 31 de janeiro de 2017.
- (iii) A marca Hayes Lemmerz foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o qual possui prazo de vida útil indefinida. Em 31 de dezembro de 2012, devido à ausência de indicativos de que a controlada não gerará os benefícios futuros esperados, conforme projeções efetuadas pela Administração, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída.
- (iv) O relacionamento com clientes foi identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, e possui prazo de vida útil remanescente de 13,8 anos a ser amortizado completamente até 31 de janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2012, também devido à ausência de indicativos de que a controlada não gerará os benefícios futuros esperados, conforme projeções efetuadas pela Administração, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída.
- (v) Ágio na aquisição da Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda., incorporada pela Companhia em 2 de novembro de 2009.
- (vi) Ágio na aquisição da Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V. (anteriormente denominada Delancre S.A. de C.V.).
- (vii) Ágio na aquisição da Hayes Lemmerz International, Inc. e suas controladas (atualmente Maxion Wheels), conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

- (viii) Ágio na aquisição do Grupo Galaz (atualmente Maxion Inmagusa), conforme mencionado na nota explicativa nº 2.
- (ix) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, decorre dos ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” de até um ano, decorrente do processo de alocação do preço de compra da controlada Maxion Wheels.

Todos os ágios estão baseados em rentabilidade futura e não são amortizados.

a) Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avalia a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para o segmento automotivo. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital (“Weighted Average Cost of Capital - WACC”). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método (“Capital Asset Pricing Model - CAPM”).

Os ágios são monitorados para os propósitos da Administração, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, foi efetuado teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2013 e o planejamento de longo prazo até 2017, elaborado para o segmento de negócio automotivo, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Os volumes de vendas foram baseados em fontes externas, como o “Information Handung Services - IHS” e “J.D. Power and Associates - JDP”).
- Taxa nominal de desconto de 10%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”) como fluxo de entrada de recursos, e os investimentos no ativo imobilizado, no capital de giro e no pagamento de dividendos aos minoritários como fluxos de saída de recursos.
- Taxa de perpetuidade de 2%, explicada pela premissa de que o volume vendido acompanhará o crescimento econômico global a partir de 2017.
- Na data-base 31 de dezembro de 2012 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais incluindo o ágio.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor recuperável estimado do segmento automotivo é superior em R\$453 milhões ao valor dos ativos operacionais de R\$3.890 milhões em 31 de dezembro de 2012, nos quais

está inserido o ágio. Mesmo que haja alterações nas premissas adotadas, considerando qual razoável de possibilidades, o valor contábil não será superior ao valor recuperável.

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a) Controladora

Indexador	Taxa efetiva anual de juros %	Última data de vencimento	Custo da transação incorrido	Saldo do custo da transação a amortizar	2012	2011	
<u>Moeda nacional:</u>							
BNDES – EXIM PSI I (i)	-	5,35	Junho de 2013	6.802	750	193.693	413.556
BNDES – EXIM PSI IV	-	8,00	Dezembro de 2015	-	-	176.851	-
BNDES – EXIM PSI II	-	9,00	Março de 2013	-	-	16.383	16.391
BNDES - AUTOMÁTICO	TJLP	6,44	Março de 2020	-	-	6.099	7.154
BNDES – EXIM	Cesta de Moedas	4,40	Dezembro de 2019	-	-	1.566	1.487
FINAME – PSI I, II, III e IV	-	6,07	Novembro de 2021	-	-	26.118	23.757
FINAME	TJLP	5,09	Agosto de 2021	-	-	1.103	977
FINDES PRO-INVEST	IPCA	3,94	Março de 2020	-	-	32.378	28.734
FINEP	-	5,0	Março de 2018	-	-	3.909	4.655
Subtotal moeda nacional						<u>458.100</u>	<u>496.711</u>
<u>Moeda estrangeira:</u>							
Importação US\$ 2.103 mil (31/12/2011 – US\$ 14.359 mil)	-	2,84	Dezembro de 2015	-	-	4.298	26.934
ACC - US\$ 7.117 mil	-	2,65	Maio de 2013	-	-	14.544	-
Empréstimo Externo - US\$ 25.009 mil (31/12/2011 US\$ 14.201 mil)	-	3,04	Dezembro de 2014	-	-	51.105	26.638
Pré-Eportação US\$ 1.303 mil (31/12/2011 – US\$ 3.935 mil)	% CDI	101,9	Maio de 2013	-	-	2.663	7.381
Subtotal moeda estrangeira						<u>72.610</u>	<u>60.953</u>
Total financiamentos e empréstimos						<u>530.710</u>	<u>557.664</u>
Passivo circulante:						239.462	281.124
Custos a amortizar (i)						(750)	-
Total						<u>238.712</u>	<u>281.124</u>
Passivo não circulante:						291.988	279.390
Custos a amortizar (i)						-	(2.850)
Total						<u>291.988</u>	<u>276.540</u>

## b) Consolidado

	Indexador	Taxa efetiva anual de juros %	Última data de vencimento	Custo da transação incorrido	Saldo do custo da transação a amortizar	2012	2011
<u>Moeda nacional:</u>							
BNDDES – EXIM PSI I (i)	-	5,35	Junho de 2013	6.802	750	221.694	468.097
BNDDES – EXIM PSI IV	-	8,0	Dezembro de 2015	-	-	252.422	-
BNDDES – EXIM PSI II	-	9,0	Dezembro de 2013	-	-	34.082	16.391
BNDDES – FINAME, EXIM e Automático	TJLP	3,94	Agosto de 2021	-	-	55.728	43.079
BNDDES – EXIM	Cesta de Moedas	4,40	Dezembro de 2019	-	-	1.566	1.487
FINAME – PSI I, II, III e IV	-	6,01	Novembro de 2021	-	-	26.743	24.280
FINAME - FABRICANTE IV	-	2,5	Fevereiro de 2013	-	-	31.300	146.829
FINDES PRO-INVEST	IPCA	3,94	Março de 2020	-	-	32.378	28.734
FINEP	-	4,92	Março de 2018	-	-	4.260	4.655
Capital de Giro	% CDI	119,2	Novembro de 2014	-	-	67.881	275
Subtotal moeda nacional						<u>728.054</u>	<u>733.827</u>
<u>Moeda estrangeira:</u>							
ACC US\$ 7.117 mil	-	2,65	Maio de 2013	-	-	14.544	-
Empréstimos Ponte US\$ 662.008 mil (ii)	-	6,12	Dezembro de 2021	-	-	1.352.813	-
Empréstimos Longo Prazo US\$ 200.000 mil (iii)	-	5,51	Dezembro de 2019	-	-	408.700	-
Importação US\$ 2.464 mil (31/12/2011 – US\$ 15.221 mil)	-	3,26	Dezembro de 2015	-	-	5.036	28.551
Empréstimo Externo - US\$ 25.009 mil (31/12/2011 - US\$ 14.201 mil)	-	3,04	Dezembro de 2014	-	-	51.105	26.638
Pré-Exportação US\$ 100 mil	-	8,00	Abril de 2013	-	-	205	-
Pré-Exportação US\$ 1.303 mil (31/12/2011 – US\$ 5.130 mil)	% CDI	101,90	Maio de 2013	-	-	2.663	9.622
Capital de Giro US\$ 91.126 mil	-	4,06	Julho de 2013	-	-	186.217	-
Capital de Giro - Yuan\$ 178.692 mil (31/12/2011 - Yuan\$ 172.654 mil)	-	6,01	Novembro de 2013	-	-	58.611	51.451
Capital de Giro - Peso Arg\$ 21.281 mil (31/12/2011 - Peso Arg\$ 3.241 mil)	-	14,84	Dezembro de 2016	-	-	8.853	1.413
Capital de Giro - EURO\$ 62.394 mil (31/12/2011 - EURO\$ 2.133 mil)	-	3,80	Julho de 2026	-	-	168.177	5.192
Capital de Giro - Rupia\$ 426.606 mil	-	12,00	Março de 2013	-	-	15.927	-
Subtotal moeda estrangeira						<u>2.272.851</u>	<u>122.867</u>
Total financiamentos e empréstimos						<u>3.000.905</u>	<u>856.694</u>
Passivo circulante:						813.879	539.506
Custos a amortizar (i)						(750)	-
Total						<u>813.129</u>	<u>539.506</u>
Passivo não circulante:						2.187.776	320.038
Custos a amortizar (i)						-	(2.850)
Total						<u>2.187.776</u>	<u>317.188</u>

As parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	62.323	108.103
2015	193.319	277.315
2016	10.950	12.061
2017	10.141	10.169
2018 em diante	<u>15.265</u>	<u>1.780.128</u>
Total	<u>291.998</u>	<u>2.187.776</u>

- (i) A taxa efetiva do custo da transação representa a média ponderada da operação BNDDES - EXIM PSI I. A metodologia do cálculo está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. A taxa efetiva de 5,35% ao ano é composta por 4,5% relativa aos juros originais do contrato mais 0,85% relativa aos custos da transação incorridos. A Companhia está amortizando os custos de transação de acordo com o prazo do respectivo contrato.

- (ii) Valor nominal de US\$645.000 mil, captado através da controlada Iochpe Holdings, LLC com o Banco Itaú BBA, Banco Votorantim e Banco do Brasil nos Estados Unidos da América para a compra da Hayes Lemmerz, tendo como prazo de vencimento original anteriormente previsto para 28 de janeiro de 2013, o qual foi renegociado para 28 de março de 2013. Em 31 de dezembro de 2012 representa o saldo atualizado de R\$1.352.813 (US\$662.008 mil).

A Companhia, no papel de garantidora do financiamento perante os bancos, através de Carta de Garantia Firme de Crédito datada de 13 de outubro de 2011, possui o compromisso dos referidos bancos garantindo a manutenção do prazo total da dívida de até 10 anos e 6 meses, com a carência do valor principal de até 60 meses e está no presente momento discutindo com os bancos credores as condições do financiamento de longo prazo (“take-out”) considerando as atuais condições de mercado. Dessa forma, o empréstimo ponte está sendo classificado pela Administração no passivo não circulante nas demonstrações financeiras consolidadas.

O referido contrato também está sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índices financeiros por parte da Companhia, tomando como base suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está adimplente com a manutenção dos respectivos índices financeiros.

- (iii) O valor nominal de US\$200.000 mil refere-se ao “take-out” do empréstimo ponte referente ao financiamento de longo prazo captado através da controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de CV com o Banco Itaú BBA dos Estados Unidos da América para a compra do Grupo Galaz, tendo como prazo de vencimento final previsto para 16 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2012 representa o saldo no consolidado de R\$408.700 (US\$200.000 mil).

O referido contrato também está sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índices financeiros por parte da Companhia, tomando como base suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está adimplente com a manutenção dos respectivos índices financeiros.

Os financiamentos com o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos, no valor líquido de R\$27.221 na controladora e R\$28.153 no consolidado (R\$24.734 na controladora e R\$25.720 no consolidado em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, parte do saldo do financiamento BNDES - EXIM PSI, no montante de R\$143.419, está garantida por contas a receber de clientes no País no valor de R\$199.465, mantido pela Companhia, mais hipotecas das plantas das unidades de Limeira e Cruzeiro, nos montantes de R\$75.707 e R\$31.212, respectivamente.

Os contratos com o BNDES - EXIM PSI também estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índices financeiros por parte da Companhia, tomando como base suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está adimplente com a manutenção dos respectivos índices financeiros.

## 18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No Brasil	84.110	83.069	184.841	145.022
No exterior	10.389	5.233	413.192	80.785
Partes relacionadas no exterior (nota explicativa nº 12)	984	3.231	-	-
Total	95.483	91.533	598.033	225.807

## 19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Processos tributários:				
Federal	21.103	15.423	32.767	23.777
Estadual	15	15	34	46
Municipal	29	27	29	27
Trabalhistas	1.726	3.009	21.960	6.347
Cíveis	3.326	590	8.662	590
Riscos tributários contingentes	-	-	38.827	-
	26.199	19.064	102.279	30.787
Depósitos judiciais	(14.978)	(13.040)	(24.707)	(21.622)
Total	11.221	6.024	77.572	9.165



As movimentações durante os exercícios são apresentadas a seguir:

		Controladora						
		Saldo em	Adições	Atualizações	Reversões	Pagamentos	Saldo em	
		2011					2012	
Processos tributários:								
Federal		15.423	4.976	1.065	(267)	(94)	21.103	
Estadual		15	-	-	-	-	15	
Municipal		27	-	2	-	-	29	
Trabalhistas		3.009	313	225	(939)	(882)	1.726	
Cíveis		590	2.780	12	-	(56)	3.326	
		19.064	8.069	1.304	(1.206)	(1.032)	26.199	
Depósitos judiciais		(13.040)	(1.563)	(375)	-	-	(14.978)	
Total		6.024	6.506	929	(1.206)	(1.032)	11.221	

  

		Controladora						
		Saldo em	Adições	Atualizações	Reversões	Pagamentos	Saldo em	
		2010					2011	
Processos tributários:								
Federal		14.730	3.830	1.019	(3.740)	(416)	15.423	
Estadual		15	-	-	-	-	15	
Municipal		103	-	23	-	(99)	27	
Trabalhistas		3.937	1.207	250	(573)	(1.812)	3.009	
Cíveis		574	-	16	-	-	590	
		19.359	5.037	1.308	(4.313)	(2.327)	19.064	
Depósitos judiciais		(10.179)	(2.524)	(337)	-	-	(13.040)	
Total		9.180	2.513	971	(4.313)	(2.327)	6.024	

  

		Consolidado							
		Saldo em	Aquisições	Variações	Adições	Atualizações	Reversões	Pagamentos	Saldo em
		2011	(i)	cambiais					2012
Processos tributários:									
Federal		23.777	2.140	473	7.990	1.332	(447)	(2.498)	32.767
Estadual		46	-	-	-	-	(12)	-	34
Municipal		27	-	-	-	2	-	-	29
Trabalhistas		6.347	13.063	1.685	3.920	225	(1.666)	(1.614)	21.960
Cíveis		590	3.483	635	3.672	377	-	(95)	8.662
Riscos tributários contingentes		-	35.560	6.498	-	-	-	(3.231)	38.827
		30.787	54.246	9.291	15.582	1.936	(2.125)	(7.438)	102.279
Depósitos judiciais		(21.622)	-	-	(2.303)	(782)	-	-	(24.707)
Total		9.165	54.246	9.291	13.279	1.154	(2.125)	(7.438)	77.572

	Consolidado					Saldo em 2011
	Saldo em 2010	Adições	Atualizações	Reversões	Pagamentos	
Processos tributários:						
Federal	22.415	5.562	1.477	(3.740)	(1.937)	23.777
Estadual	15	31	-	-	-	46
Municipal	103	-	23	-	(99)	27
Trabalhistas	5.811	3.339	250	(573)	(2.480)	6.347
Cíveis	574	-	16	-	-	590
	28.918	8.932	1.766	(4.313)	(4.516)	30.787
Depósitos judiciais	(17.860)	(3.073)	(689)	-	-	(21.622)
Total	11.058	5.859	1.077	(4.313)	(4.516)	9.165

(\*) Conforme divulgado na nota explicativa nº 2, no primeiro trimestre de 2012 foram efetuadas as aquisições da controlada Hayes Lemmerz e do Grupo Galaz, em que foram adicionados os montantes de provisão para riscos de R\$17.195 e R\$1.491, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu passivo de risco tributário contingente, relativo a utilização de prejuízos fiscais de anos anteriores das empresas do Grupo Galaz no montante de R\$35.560. Esse passivo contingente foi reconhecido ao seu valor justo na data da aquisição.

A seguir estão resumidas as descrições dos processos em que a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto figuram como parte, de acordo com sua natureza:

#### Processos de natureza tributária

	2012					
	Controladora			Consolidado		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo Líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo Líquido
PIS/COFINS ( a )	4.639	(4.639)	-	11.717	(11.717)	-
INSS ( b )	10.339	(10.339)	-	12.990	(12.990)	-
IR/CS ( c )	6.123	-	6.123	6.123	-	6.123
Outras	46	-	46	2.000	-	2.000
Total	21.147	(14.978)	6.169	32.830	(24.707)	8.123

  

	2011					
	Controladora			Consolidado		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo Líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo Líquido
PIS/COFINS ( a )	3.332	(3.332)	-	10.862	(10.862)	-
INSS ( b )	9.708	(9.708)	-	10.760	(10.760)	-
IR/CS ( c )	4.491	-	4.491	4.491	-	4.491
Outras	46	-	46	1.820	-	1.820
Total	17.577	(13.040)	4.537	27.933	(21.622)	6.311

Na controladora referem-se a:

- (a) Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre (i) comissão de agentes pagos ao exterior desde maio de 2005 e (ii) fretes sobre transferência entre filiais desde maio de 2008 no montante total de R\$4.639 (R\$3.332 em 31 de dezembro de 2011).
- (b) Discussões judiciais relativos à cobrança de INSS sobre 1/3 de férias, afastamento e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, bem como os encargos sobre aviso prévio indenizado, no montante de R\$10.339 (R\$9.708 em 31 de dezembro de 2011).
- (c) Créditos indevidos de imposto de renda da pessoa jurídica questionados pela Receita Federal no montante de R\$6.123 (R\$4.491 em 31 de dezembro de 2011).

No consolidado, em 31 de dezembro de 2012, as controladas e as controladas em conjunto possuem também os seguintes processos:

- (a) Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre (i) comissão de agentes pagos ao exterior desde maio de 2005 e “royalties” pagos ao exterior desde setembro de 2005 e (ii) fretes sobre transferência entre filiais referente ao período de maio de 2008 no montante de R\$7.078 (R\$7.530 em 31 de dezembro de 2011).
- (b) Discussões judiciais relativas à cobrança de INSS sobre 1/3 de férias, afastamento e SAT, bem como os encargos sobre aviso prévio indenizado, no montante de R\$2.651 (R\$1.052 em 31 de dezembro de 2011).

#### Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia figurava como parte em 181 (164 em 31 de dezembro de 2011) reclamações trabalhistas. Os principais temas abordados versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias e multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS referente aos Planos Verão e Collor, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. O montante total discutido é de R\$4.302 (R\$5.436 em 31 de dezembro de 2011) para o qual a provisão no valor de R\$1.726 (R\$3.009 em 31 de dezembro de 2011) foi constituída com base em informações históricas, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

No consolidado, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto figuravam como parte em 576 (375 em 31 de dezembro de 2011) reclamações trabalhistas. Os principais temas abordados versam basicamente sobre as mesmas matérias reclamadas contra a controladora. O montante total discutido é de R\$36.228 (R\$18.354 em 31 de dezembro de 2011) para o qual a provisão no valor de R\$21.960 (R\$6.347 em 31 de dezembro de 2011) foi constituída com base em informações históricas, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

#### Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia figurava como parte em processos judiciais que versam sobre matéria cível, dos quais R\$3.326 (R\$590 em 31 de dezembro de 2011) foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

No consolidado, R\$8.662 (R\$590 em 31 de dezembro de 2011) foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto possuem ações em andamento de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível. Em 31 de dezembro de 2012, esses processos totalizam R\$79.503 (R\$21.138 em 31 de dezembro de 2011).

#### Ativos contingentes

Em 31 de julho de 2007, foi publicada a decisão da Ação Ordinária nº 94.0034458-9, transitada em julgado em 6 de julho de 2007, autorizando a Companhia a compensar prejuízo fiscal do período-base 1989, referente às despesas de correção monetária do balanço correspondente ao expurgo inflacionário nos meses de janeiro e fevereiro de 1989 (Plano Verão), bem como o crédito financeiro correspondente ao montante pago a maior em 1989 e 1990. A apuração dos valores desses créditos, bem como o processo de habilitação com a Receita Federal, já foi protocolada; entretanto, a Companhia aguarda homologação dos créditos perante a Receita Federal, motivo pelo qual o processo ainda não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Depósitos tributários:				
Federal	4.052	957	12.291	2.833
Estadual	3.583	3.574	3.583	3.574
Municipal	25	-	25	-
Trabalhistas	1.210	858	5.326	1.488
Cíveis	1.734	1.678	4.985	1.711
Total depósitos judiciais	10.604	7.067	26.210	9.606

#### Depósitos em garantia - aquisição de controlada

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, quando da aquisição do Grupo Galaz, a Companhia como garantia de riscos tributários contingentes identificados no processo de aquisição, efetuou depósitos dos valores correspondentes no montante atualizado até 31 de dezembro de 2012 de R\$38.827, para fazer face a eventuais perdas, os quais serão mantidos até o momento da quitação dos riscos em questão.

## 20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### a) Plano de suplementação de aposentadoria - contribuição definida (controladora)

A Companhia patrocina desde 1º de agosto de 2004 um plano aberto de previdência complementar mantido pela Brasil Prev Seguros e Previdência S.A., que oferece planos de suplementação de aposentadoria, pecúlio e auxílio-doença. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. Em 31 de dezembro de 2012, participam desse plano 4.825 colaboradores da Companhia (5.131 em 31 de dezembro de 2011). O total de contribuições efetuadas pela Companhia totalizou R\$1.627 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.213 em 31 de dezembro de 2011).

### b) Plano de suplementação de aposentadoria - benefício definido (consolidado)

	2012	
	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>
Valor justo dos ativos do plano	(17.026)	-
Valor presente das obrigações	<u>310.308</u>	<u>18.297</u>
Déficit no plano	<u>293.281</u>	<u>18.297</u>

A Companhia através de sua controlada indireta Maxion Wheels patrocina vários planos de pensão de benefício definido e benefícios de planos de assistência médica pós-emprego, bem como seguros de vida para os colaboradores de suas 18 unidades no mundo. A controlada suporta os benefícios de pensão com base nos requerimentos de fundeio das leis internacionais e regulamentos dos referidos planos, com antecedência do pagamento dos benefícios. Também suporta os outros benefícios à medida que os benefícios são disponibilizados aos colaboradores.

#### Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

<u>Obrigações do benefício definido</u>	2012		
	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Obrigações assumidas na combinação de negócio	229.054	11.234	240.288
Benefícios pagos pelo plano	(17.490)	(33)	(17.523)
Custos do serviço corrente e juros	13.477	1.896	15.373
Efeito de mudança de premissas financeiras	36.577	5.571	42.148
Efeito de ajuste de experiência	(2.659)	(660)	(3.319)
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	<u>51.349</u>	<u>289</u>	<u>51.638</u>
Obrigações do benefício definido	<u>310.308</u>	<u>18.297</u>	<u>328.605</u>

	2012		
<u>Valor justo dos ativos do plano</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Ativos adquiridos na combinação de negócios	13.969	-	13.969
Contribuições pagas aos planos	16.726	33	16.759
Benefícios pagos pelos planos	(17.490)	(33)	(17.523)
Retorno esperado dos ativos dos planos	664	-	664

Varição cambial da conversão das demonstrações financeiras	<u>3.137</u>	<u>-</u>	<u>3.137</u>
Valor justo dos ativos do plano	<u>17.006</u>	<u>-</u>	<u>17.006</u>

	2012		
<u>Custo líquido do benefício</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo do serviço	2.013	768	2.781
Custo financeiro	11.464	1.128	12.592
Retorno esperado dos ativos dos planos	<u>(664)</u>	<u>-</u>	<u>(664)</u>
Custo líquido do benefício	<u>12.813</u>	<u>1.896</u>	<u>14.709</u>

O custo líquido do benefício foi reconhecido no resultado do exercício nas seguintes rubricas da demonstração do resultado:

	2012		
	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo dos produtos vendidos	7.943	1.177	9.120
Despesas gerais e administrativas	<u>4.870</u>	<u>719</u>	<u>5.589</u>
Total	<u>12.813</u>	<u>1.896</u>	<u>14.709</u>

As premissas atuariais utilizadas para determinar as informações do custo líquido periódico do benefício demonstradas anteriormente são as seguintes:

	2012	
	<u>Pensão</u>	<u>Outros benefícios</u>
<u>Média ponderada das premissas utilizadas para cálculo do custo</u>		
Taxa de desconto - Estados Unidos da América	-	5,25%
Taxa de desconto - internacional	4,66%	10,00%
Taxa de aumento de salário - internacional	2,66%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,11%	4,47%
Taxa de aumento do plano de pensão - internacional	2,04%	-

As premissas atuariais utilizadas para determinar as informações das obrigações do benefício e da situação de fundeio foram as seguintes:

	<u>2012</u>	
	<u>Pensão</u>	<u>Outros benefícios</u>
<u>Média ponderada das premissas utilizadas para cálculo do passivo no fim do exercício</u>		
Taxa de desconto - Estados Unidos da América	-	4,66%
Taxa de desconto - internacional	3,47%	8,60%
Taxa de aumento de salário - internacional	2,68%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,13%	4,46%
Taxa de aumento do plano de pensão - internacional	2,04%	-

A taxa de desconto para os planos mantidos pela controlada dos Estados Unidos da América foi desenvolvida usando taxas de juros pontuais com aumentos de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para debêntures de empresas norte-americanas de primeira linha classificadas com risco AA pela Moody's, emitidas em dólares norte-americanos e com prazo de vencimento entre meio e 30 anos.

Retorno esperado nos ativos do plano de pensão

Os ativos do plano compreendem:

	<u>2012</u>
Seguros	16.340
Renda fixa	<u>666</u>
Total	<u>17.006</u>

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

Os planos utilizam um sistema de seguro para fundear as obrigações com os aposentados. A obrigação com colaboradores ativos não está fundeada. Nesse sistema, o segurador irá determinar o montante a ser contribuído pela patrocinadora a cada ano. Os fundos da patrocinadora são investidos majoritariamente em instrumentos de renda fixa para garantir um nível mínimo de retorno, limitando ao mesmo tempo a volatilidade. O retorno dos ativos é creditado ao plano com base no desempenho dos ativos do segurador e nos termos do contrato, e os benefícios do plano são pagos a partir desses fundos.

Adicionalmente à alocação geral de ativos descrita anteriormente, as seguintes políticas aplicam-se a categorias individuais de ativos:

- Investimentos de renda fixa são orientados em virtude da aversão ao risco e dos títulos com grau de investimento. Com exceção dos títulos do Governo dos Estados Unidos da América, nos quais o plano pode investir toda a sua alocação de renda fixa, os investimentos de renda fixa devem ser diversificados entre títulos e setores. Não há limite para o tempo de vencimento dos títulos detidos. Venda descoberta, compra de margem e transações especulativas similares são proibidas.
- Contratos de seguro garantem uma taxa de retorno mínima. A controlada não participa da estratégia de investimentos dos ativos em que se baseiam os contratos, mas eles tipicamente estão investidos de forma predominante em mercados ativos de debêntures e são fortemente regulamentados por leis locais.

A política de investimento para a alocação dos ativos do plano de pensão está de acordo com as regulamentações locais das unidades fora dos Estados Unidos da América, os quais são primordialmente constituídos de seguros e instrumentos de renda fixa.

A política de alocação de ativos foi desenvolvida considerando a natureza de longo prazo das obrigações e dos objetivos do investimento de atingir um retorno nos ativos consistente com os requerimentos de contribuição para com o plano, maximizando o retorno do portfólio e minimizando o impacto das flutuações de mercado no valor dos ativos do plano.

#### Contribuições aos planos

A controlada contribuiu R\$18.596 para os planos de pensão.

#### c) Plano de suplementação de aposentadoria - contribuição definida (consolidado)

Adicionalmente, a controlada Maxion Wheels possui planos de contribuição com a poupança de aposentadoria dos colaboradores cobrindo substancialmente todos os funcionários das unidades localizadas nos Estados Unidos da América. A contribuição da controlada totalizou R\$1.635 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.



d) Plano de assistência médica pós-emprego (consolidado)

A controlada Maxion Wheels mantém também um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-colaboradores denominado “Voluntary Employee Benefit Association - VEBA”. Com base em laudo atuarial, elaborado por empresa especializada, registrou um passivo atuarial total no montante de R\$48.431, sendo classificados, respectivamente, nos passivos circulante e não circulante, na rubrica “Outras obrigações”, os montantes de R\$2.452 e R\$45.979, no consolidado. Esse passivo representa determinados pagamentos fixos e contingentes devidos ao VEBA para cada participante aposentado elegível ao Medicare que seja participante no VEBA, tanto para aposentados vinculados quanto não vinculados ao sindicato.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital integralizado é R\$650.000 (R\$500.000 em 31 de dezembro de 2011), após a capitalização da reserva de lucros no montante de R\$150.000 ocorrida em 26 de abril de 2012, e está dividido em 94.863.372 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em adição às 94.863.372 ações ordinárias, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 10.660.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de novas ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará a quantidade de ações emitidas, o prazo de emissão e as condições de integralização.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, funcionários ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e controladas em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

c) Destinação do lucro líquido

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	66.864	223.436
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	11.141	11.278
Total a distribuir	78.005	234.714
(-) Reserva legal (5%)	(3.900)	(11.736)
Destinação do lucro:		
Dividendos obrigatórios - (37%)	28.862	86.844
(-) Juros sobre o capital próprio intermediário - 25 de abril de 2012	(12.659)	-
(-) Juros sobre o capital próprio complementar - 19 de dezembro de 2012	(12.713)	-
(-) Dividendos propostos	(3.490)	(86.844)
(-) Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%)	(45.243)	(136.134)

Em 25 de abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou “ad referendum” da Assembleia Geral que irá ocorrer em abril de 2013, o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto total de R\$12.659, equivalente a R\$0,13384567 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$11.072, ou R\$0,11707042 por ação ordinária, já deduzido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de 15%, exceto para os acionistas que comprovarem sua condição de imunes ou de desobrigados da retenção por disposição legal.

Também 19 de dezembro de 2012, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto total de R\$12.713, equivalente a R\$0,13441488 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$11.176, ou R\$0,11816747 por ação ordinária, já deduzido o IRRF de 15%.

O pagamento do JSCP ocorrerá juntamente com o pagamento dos dividendos do exercício social de 2012 no montante total de R\$ 25.738, no decorrer do primeiro trimestre de 2013. As ações da Companhia passaram a ser desde o dia 27 de abril de 2012 e 21 de dezembro de 2012 negociadas “ex-juros sobre o capital próprio”.

d) Opções outorgadas reconhecidas e ações em tesouraria

- Pagamentos baseados em ações: referem-se à despesa com o plano de opção de compra de ações no valor de R\$563, deduzida do exercício de uma parte do plano de 2010 no montante de R\$197, com o líquido de R\$366.
- Ações em tesouraria: em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 253.000 ações em tesouraria, tendo sido adquiridas durante o exercício de 2012 mais 67.000, totalizando 320.000 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções. Foram entregues 35.139 ações correspondentes aos exercícios do plano de outorga de opções de 2010 pelo valor total de R\$790 incluindo um ágio de R\$149, ficando um saldo de 284.861 ações ordinárias, no montante de R\$6.556, como compromisso de plano de opções de compra de ações.
- Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado das ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$7.791 (cotação de 28 de dezembro de 2012, no valor de R\$27,35 por ação).

## 22. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinada parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“Participação nos Resultados”), referente ao ano 2009 para o plano de 2010, ao ano 2010 para o plano de 2011 e ao ano 2011 para o plano de 2012, a fim de adquirir, em bolsa de valores, ações de emissão da Companhia (“Ações Próprias”). Para tais fins, o beneficiário deverá eleger entre destinar a Participação nos Resultados a fim de comprometer-la nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de Ações Próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da Participação nos Resultados à aquisição de Ações Próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias deverá ser definido e, conseqüentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de Ações Próprias. O prazo para aquisição de Ações Próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o Preço de Exercício e terá a duração de 15 dias corridos.

Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B * M) / P$$

em que:

O = número de Opções outorgadas ao Beneficiário.

B = valor, em reais, da Participação nos Resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de Ações Próprias.

M = múltiplo sobre o valor da Participação nos Resultados destinado à aquisição de Ações Próprias, definido conforme as especificações a seguir.

P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo “M” mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

- a) Se o beneficiário tiver destinado 75% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 2,0.
- b) Se o beneficiário tiver destinado 50% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 1,5.

- c) Se o beneficiário tiver destinado 25% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O Preço de Exercício das Opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA anteriores ao dia 3 de março de 2010 para o plano de 2010, 12 de março de 2011 para o plano de 2011 e 13 de março de 2012 para o plano de 2012, imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das Ações Próprias.

Índice de Correção do Preço de Exercício - Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, a ser aplicado sobre o Preço de Exercício das Opções desde a data desse programa até a data de exercício das respectivas opções.

- Exercício das Opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data desse programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito a indenização.

Caso o número de opções outorgadas ao beneficiário não seja divisível por três, as sobras serão alocadas ao primeiro lote anual.

- Forma de pagamento - em até cinco dias úteis após a data da efetiva transferência das ações resultantes do exercício da opção, em moeda corrente nacional, por meio de: (a) cheque nominal à Companhia; (b) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (c) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao beneficiário, por escrito.

A despesa referente ao valor justo das opções outorgadas reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$563 na controlada e R\$664 no consolidado.

As opções de compra de ações do plano de 2010 em circulação em 31 de dezembro de 2012 têm as seguintes datas de vencimento e Preços de Exercício:

Data da outorga	Valor justo da opção R\$	Opções em circulação			Opções exercíveis	
		Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Preço de Exercício R\$	Opções exercíveis	Preço de Exercício R\$
3 a 18 de março de 2010	9,01	6.445	3	17,37	6.445	17,37
3 a 18 de março de 2010	9,87	41.584	4	17,37	-	-
3 a 18 de março de 2010	10,67	<u>41.584</u>	5	17,37	-	-
Total		<u>89.613</u>			<u>6.445</u>	

Em 31 de dezembro de 2012, o preço de mercado unitário era de R\$27,35 por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas em 2010 foram:

- Preço da opção de R\$10,62 para três anos, R\$10,92 para quatro anos e R\$11,24 para cinco anos em 31 de dezembro de 2012.
- Volatilidade de 2,94% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos cinco anos.
- Vida esperada da opção de três a cinco anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 7,34% para três anos, 7,83% para quatro anos e 8,13% para cinco anos.

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (a) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2012; e (b) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários foi considerada a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2012.

	<u>3 anos - 1/3</u>	<u>4 anos - 1/3</u>	<u>5 anos - 1/3</u>
Preço de Exercício - R\$	19,51	20,87	22,32
Quantidade de ações a serem adquiridas ou emitidas com exercício das opções	6.445	41.584	41.584
Valor justo das opções - R\$	10,62	10,92	11,24

As opções de compra de ações do plano de 2011 em circulação em 31 de dezembro de 2012 têm as seguintes datas de vencimento e Preços de Exercício:

<u>Data da outorga</u>	Valor justo da opção R\$	<u>Opções em circulação</u>			<u>Opções exercíveis</u>	
		Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Preço de Exercício R\$	Opções exercíveis	Preço de Exercício R\$
14 a 28 de março de 2011	6,05	77.766	4	23,01	-	-
14 a 28 de março de 2011	7,12	77.765	5	23,01	-	-
14 a 28 de março de 2011	8,14	<u>77.765</u>	6	23,01	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>233.296</u>			<u>-</u>	

Em 31 de dezembro de 2012, o preço de mercado unitário era de R\$27,35 por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas em 2011 foram:

- Preço da opção de R\$5,37 para quatro anos, R\$5,80 para cinco anos e R\$6,48 para seis anos em 31 de dezembro de 2012.

- Volatilidade de 2,94% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos cinco anos.
- Vida esperada da opção de quatro a seis anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 7,83% para quatro anos, 8,13% para cinco anos e 8,37% para seis anos.

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (a) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2012; e (b) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários foi considerada a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2012.

	<u>4 anos - 1/3</u>	<u>5 anos - 1/3</u>	<u>6 anos - 1/3</u>
Preço de Exercício - R\$	27,91	29,85	31,62
Quantidade de ações a serem adquiridas ou emitidas com exercício das opções	77.766	77.765	77.765
Valor justo das opções - R\$	5,37	5,80	6,48

As opções de compra de ações do plano de 2012 em circulação em 31 de dezembro de 2012 têm as seguintes datas de vencimento e Preços de Exercício:

<u>Data da outorga</u>	Valor justo da opção R\$	Opções em circulação			Opções exercíveis	
		Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Preço de Exercício R\$	Opções exercíveis	Preço de Exercício R\$
14 a 28 de março de 2012	7,45	24.478	5	33,53	-	-
14 a 28 de março de 2012	9,09	24.478	6	33,53	-	-
14 a 28 de março de 2012	10,59	<u>24.478</u>	7	33,53	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>73.434</u>			<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o preço de mercado unitário era de R\$27,35 por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas em 2012 foram:

- Preço da opção de R\$0,01 para cinco anos, R\$0,07 para seis anos e R\$0,25 para sete anos em 31 de dezembro de 2012.
- Volatilidade de 2,94% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos cinco anos.
- Vida esperada da opção de quatro a seis anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 8,13% para cinco anos, 8,37% para seis anos e 8,46% para sete anos.

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (a) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2012; e (b) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários foi considerada a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2012.

	<u>5 anos - 1/3</u>	<u>6 anos - 1/3</u>	<u>7 anos - 1/3</u>
Preço de Exercício - R\$	42,98	45,53	47,80
Quantidade de ações a serem adquiridas ou emitidas com exercício das opções	24.478	24.478	24.478
Valor justo das opções - R\$	0,01	0,07	0,25

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	8.548	28.134	11.836	30.018
Descontos obtidos e juros ativos	7.694	3.303	7.949	4.060
Atualização monetária - processos fiscais (*)	23.277	15.973	23.277	16.310
Outras	<u>3.581</u>	<u>635</u>	<u>3.952</u>	<u>1.230</u>
Total	<u>43.100</u>	<u>48.045</u>	<u>47.014</u>	<u>51.618</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(27.098)	(28.461)	(176.604)	(42.723)
Atualização monetárias das provisões para riscos	(1.304)	(1.308)	(1.936)	(1.766)
Perda em operações com derivativos - (nota explicativa nº nota 28.c)	(670)	(2.818)	(670)	(2.818)
Outras	<u>(12.682)</u>	<u>(1.858)</u>	<u>(20.545)</u>	<u>(12.599)</u>
Total	<u>(41.754)</u>	<u>(34.445)</u>	<u>(199.755)</u>	<u>(59.906)</u>

(\*) Em 23 de abril de 2012, a Companhia reconheceu ganho com desfecho favorável de processo judicial transitado em julgado no montante de R\$23.277, referente à restituição da correção monetária do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI pago na aquisição de matéria-prima. Após a habilitação do crédito, o montante foi registrado na rubrica "Impostos a recuperar" no ativo circulante.

## 24. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Variação cambial ativa	10.315	4.531	40.842	10.128
Variação cambial passiva	(5.166)	(8.228)	(48.616)	(14.292)
Variação cambial de instrumentos financeiros derivativos, líquida	<u>(109)</u>	<u>(2.723)</u>	<u>(109)</u>	<u>(2.723)</u>
Total	<u>5.040</u>	<u>(6.420)</u>	<u>(7.883)</u>	<u>(6.887)</u>

## 25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outras receitas				
Reintegra benefício de exportação	6.315	-	8.425	-
Receitas de alugueis	-	-	3.919	2.436
Prestação de serviços e condominio	815	840	815	840
Outras receitas	<u>257</u>	<u>5.132</u>	<u>14.065</u>	<u>7.383</u>
Total das outras receitas	<u>7.387</u>	<u>5.972</u>	<u>27.224</u>	<u>10.659</u>
Outras despesas				
Outras despesas com filiais	(2.075)	(1.455)	(3.390)	(1.995)
Honorários advocatícios	(965)	(540)	(2.264)	(2.183)
Impostos/taxas não recuperáveis	(350)	(212)	(1.346)	(680)
Outras despesas	<u>(149)</u>	<u>(717)</u>	<u>(10.308)</u>	<u>(3.455)</u>
Total das outras despesas	<u>(3.539)</u>	<u>(2.924)</u>	<u>(17.308)</u>	<u>(8.313)</u>
Total das outras receitas (despesas), líquidas	<u>3.848</u>	<u>3.048</u>	<u>9.916</u>	<u>2.346</u>

## 26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita bruta de vendas	2.031.188	2.445.718	6.214.195	3.551.261
(-) Abatimentos e devoluções	<u>(17.382)</u>	<u>(11.002)</u>	<u>(60.855)</u>	<u>(154.317)</u>
	2.013.806	2.434.716	6.153.340	3.396.944
(-) Impostos sobre vendas	<u>(389.362)</u>	<u>(435.597)</u>	<u>(454.827)</u>	<u>(491.805)</u>
Receita líquida de vendas	<u>1.624.444</u>	<u>1.999.119</u>	<u>5.698.513</u>	<u>2.905.139</u>



## 27. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Matéria-prima	(816.561)	(968.278)	(3.124.740)	(1.469.481)
Salários e benefícios	(427.897)	(458.055)	(1.130.524)	(624.871)
Materiais / Manutenção	(86.344)	(96.104)	(390.090)	(162.070)
Energia elétrica	(26.128)	(23.780)	(195.205)	(39.243)
Depreciação e amortização	(44.623)	(37.835)	(181.061)	(52.800)
Serviços prestados por terceiros	(34.211)	(41.324)	(131.637)	(51.963)
Frete	(36.597)	(44.983)	(121.137)	(71.142)
Outros custos	(6.992)	(11.379)	(53.896)	(21.180)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.780)	(3.518)	(24.511)	(8.039)
Complemento da provisão para riscos	(6.863)	(724)	(13.457)	(4.619)
Locomoção / comunicação	(11.571)	(12.758)	(32.977)	(15.857)
Outras despesas de vendas	(2.727)	(1.741)	(14.373)	(10.970)
Honorários da administração (nota explicativa nº 13)	(6.660)	(5.775)	(6.660)	(5.775)
Comissões / "Royalties"	(201)	(510)	(6.587)	(8.607)
Garantia de produtos	(247)	(222)	(3.064)	(2.615)
<b>Total</b>	<b>(1.510.402)</b>	<b>(1.706.986)</b>	<b>(5.429.919)</b>	<b>(2.549.232)</b>
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.405.998)	(1.587.885)	(5.122.210)	(2.353.383)
Despesas com vendas	(39.047)	(43.328)	(92.699)	(88.959)
Despesas gerais e administrativas	(58.697)	(69.998)	(208.350)	(101.115)
Honorários da administração (nota explicativa nº 13)	(6.660)	(5.775)	(6.660)	(5.775)
<b>Total</b>	<b>(1.510.402)</b>	<b>(1.706.986)</b>	<b>(5.429.919)</b>	<b>(2.549.232)</b>

## 28. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais e políticas

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo Conselho de Administração.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que se pretende proteger. A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os Comitês de Auditoria e Financeiro da Companhia acompanham como a Administração monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de administração de risco e revisa a adequação do modelo de administração de risco em relação aos riscos aceitos pela Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto.

#### Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

##### Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora				
	Nota	2012		2011		
		Empréstimos e recebíveis	Passivo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo custo amortizado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	7	218.429	-	-	246.641	-
Aplicações financeiras	8	-	-	-	45.837	-
Contas a receber de clientes	9	233.361	-	-	247.633	-
Partes relacionadas	13	7.377	-	-	6.700	-
Total		459.167	-	-	546.811	-
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	17	-	530.710	-	-	557.664
Fornecedores	18	-	95.483	-	-	91.533
Partes relacionadas	13	3.633	-	-	3.202	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	104	-	-
Total		3.633	626.193	104	3.202	649.197

##### Instrumentos financeiros por categoria

		Consolidado				
	Nota	2012		2011		
		Empréstimos e recebíveis	Passivo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo custo amortizado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	7	506.500	-	-	291.484	-
Aplicações financeiras	8	-	-	-	45.837	-
Contas a receber de clientes	9	759.724	-	-	395.980	-
Total		1.266.224	-	-	733.301	-
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	17	-	3.000.905	-	-	856.694
Fornecedores	18	-	598.033	-	-	225.807
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	104	-	-
Total		-	3.598.938	104	-	1.082.501

#### b) Valores justos

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - informações indisponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados nas datas dos balanços, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não possuíam instrumentos financeiros avaliados a valores justos.

#### c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía as seguintes operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos do tipo “Non-deliverable Forward” NDF:

Data Vencimento	Valor de referência (nocional) – US\$ Mil	Perda-Valor Justo R\$
Jan/2012	300	(52)
Fev/2012	300	(52)
<b>TOTAL</b>	<b>600</b>	<b>(104)</b>

Para as operações não haviam margens dadas em garantia e as operações haviam sido realizadas com o Banco Bradesco.

No resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia realizou perdas nos montantes de R\$ 670 e de R\$2.818 respectivamente com instrumentos financeiros derivativos.

d) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Conforme comentado na nota explicativa nº 6, as receitas em sua totalidade são distribuídas entre as montadoras de veículos, operadores logísticos e mineradoras. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não existem diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões (vide detalhes da avaliação e dos valores da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 9).

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Através de sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe sua liquidez de acordo com sua Política de Gestão de Risco Financeiro, aprovada pelo Conselho de Administração, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, através de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

2012						
	Controladora			Consolidado		
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Empréstimos e financiamentos	238.712	255.642	36.356	813.129	385.418	1.802.358
	<u>238.712</u>	<u>255.642</u>	<u>36.356</u>	<u>813.129</u>	<u>385.418</u>	<u>1.802.358</u>
2011						
	Controladora			Consolidado		
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Empréstimos e financiamentos	281.124	157.596	118.944	539.506	197.561	119.627
	<u>281.124</u>	<u>157.596</u>	<u>118.944</u>	<u>539.506</u>	<u>197.561</u>	<u>119.627</u>

O empréstimo ponte captado para a compra da controlada Hayes Lemmerz tem seu vencimento contratual no curto prazo; entretanto, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia possui um compromisso (“commitment”) com bancos brasileiros garantindo o alongamento total da dívida em um prazo total de vencimento de 10 anos e 6 meses, com uma carência do valor principal de até 60 meses; portanto, esse empréstimo está registrado no passivo não circulante.

#### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, por suas controladas e por suas controladas em conjunto para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto têm investimentos em controladas no exterior e fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto possuem política específica para a contratação de operações de “hedge” para mitigar esses riscos.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo:				
Contas a receber ( i )	11.687	11.436	410.233	54.878
Partes relacionadas no exterior	24.088	32.923	-	-
Total do ativo	35.775	44.359	410.233	54.878
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos ( ii )	72.610	60.953	2.272.851	122.867
Fornecedores ( iii )	10.389	5.233	413.192	80.785
Partes relacionadas no exterior	984	3.231	-	-
Total do passivo	83.983	69.417	2.686.043	203.652
Exposição líquida	(48.208)	(25.058)	(2.275.810)	(148.774)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	2.222.261	109.474
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	(48.208)	(25.058)	(53.549)	(39.300)

- (i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2012, 54% (13,9% em 31 de dezembro de 2011) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior denominadas em dólares norte-americanos, pesos argentinos, euro e yuan.
- (ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2012, 75,7% (14,3% em 31 de dezembro de 2011) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local pelas controladas localizadas no exterior, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.
- (iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2012, 69,1% (35,8% em 31 de dezembro de 2011) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, pesos argentinos, euro e yuan.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

#### Risco de concentração

Grande parte da receita da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto é resultante das vendas de produtos a diversas montadoras, operadoras ferroviárias e mineradoras.

#### Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e alumínio tenha um acréscimo significativo, e a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida.

### Política de “hedge accounting”

Quando aplicável, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto elegem o “cash flow hedge” como prática contábil para fixar o valor em moeda local de até 100% do valor projetado dos embarques das exportações para os 12 meses subsequentes e de seus Pedidos Firmes de Compras de Importações de Ferramentais, Máquinas e Equipamentos (“Firm Commitment”). O instrumento financeiro derivativo dessa política é o “Non-Deliverable Forward - NDF”.

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto têm por política manter operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito nos itens anteriores, portanto, mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não contrataram instrumentos financeiros derivativos que exijam depósitos de margem em garantia. Os contratos derivativos não possuem cláusulas de penalidades caso a Companhia decida cancelar os contratos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não possuíam nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza em aberto.

### Análise de sensibilidade - consolidado

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

#### i. Seleção dos riscos

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto selecionaram quatro riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (CDI); (3) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP); e (4) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

#### ii. Seleção dos cenários

Nos quadros a seguir foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A CVM, através da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2012.

O cenário provável considera a divulgação Focus, de 1º de fevereiro de 2013, da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP e CDI, e a variação do IPCA em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2012.

#### Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item “Risco de taxas de câmbio”, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2012, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

<u>Risco da Companhia</u>	<u>Perda</u>	
	<u>Cenário possível</u>	<u>Cenário remoto</u>
Aumento do dólar norte-americano	<u>13.387</u>	<u>26.774</u>

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 de R\$2,0435/US\$1,00 (R\$2,5544/US\$1,00) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$3,0653/US\$1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$13.387 no cenário possível e de R\$26.774 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

#### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

<u>Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível + 25%</u>	<u>Remoto + 50%</u>
TJLP em 31 de dezembro de 2012	5,50%	6,25%	7,50%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$57.294:			
Despesa financeira estimada	3.151	3.581	4.297
Efeito	(286)	(716)	(1.432)
<u>Empréstimos e financiamentos - IPCA</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível + 25%</u>	<u>Remoto + 50%</u>
IPCA em 31 de dezembro de 2012	4,99%	7,10%	8,52%
Financiamentos indexados - IPCA - R\$32.378:			
Despesa financeira estimada	1.616	2.299	2.759
Efeito	223	(460)	(920)



<u>Empréstimos e financiamentos - CDI</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível + 25%</u>	<u>Remoto + 50%</u>
CDI em 31 de dezembro de 2012	7,37%	9,06%	10,88%
Financiamentos indexados - CDI - R\$67.881:			
Despesa financeira estimada	5.003	6.150	7.385
Efeito	(81)	(1.229)	(2.464)

#### Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras

<u>Aplicações financeiras - CDI</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível - 25%</u>	<u>Remoto - 50%</u>
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2012	7,37%	5,57%	3,71%
Aplicações financeiras - CDI - R\$210.337:			
Receita financeira estimada	15.502	11.716	7.804
Efeito	(253)	(3.533)	(7.445)

## 29. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre o capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital no fim do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Total de empréstimos e financiamentos	530.710	557.664	3.000.905	856.694
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(218.429)	(292.478)	(506.500)	(337.321)
Dívida líquida	312.281	265.186	2.494.405	519.373
Participação dos acionistas não controladores	-	-	177.872	-
Total do patrimônio líquido	<u>913.038</u>	<u>918.620</u>	<u>913.038</u>	<u>918.620</u>
Relação dívida líquida sobre o patrimônio	<u>34%</u>	<u>29%</u>	<u>229%</u>	<u>57%</u>

## 30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

### Arrendamentos operacionais

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto possuem contratos de aluguel

de imóveis por períodos variáveis de tempo entre um e cinco anos com cláusula de renovação automática. A expectativa é de que esses contratos continuem sendo renovados.

Em 31 de dezembro de 2012, com base nos contratos de locação assinados, a obrigação futura estimada para os próximos cinco exercícios resume-se aos valores descritos na tabela a seguir, os quais não incluem eventuais valores correspondentes a renovações:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	659	6.980
2014	659	6.136
2015	659	5.452
2016	578	5.320
2017	<u>578</u>	<u>3.879</u>
Total	<u>3.133</u>	<u>27.767</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os gastos com esses contratos de aluguel no consolidado foram de R\$7.517 (R\$2.929 em 31 de dezembro de 2011).

Tais arrendamentos possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, com as quais, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto estavam adimplentes, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data, como contrato oneroso pela Administração. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como “contingente” havia sido efetuado durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Adicionalmente, a Companhia não mantém outros compromissos a longo prazo com terceiros.

### 31. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	<u>Controladora</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Denominador (em milhares):		
Média ponderada da quantidade de ações total	94.863	94.863
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	<u>(285)</u>	<u>(253)</u>
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	<u>94.578</u>	<u>94.610</u>
Numerador - básico:		
Lucro líquido do exercício	<u>66.864</u>	<u>223.436</u>
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$	<u>0,70697</u>	<u>2,36165</u>
Numerador - diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	<u>94.578</u>	<u>94.610</u>
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada (em milhares)	<u>396</u>	<u>358</u>
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	<u>94.974</u>	<u>94.968</u>
Lucro líquido do exercício por ação diluído - R\$	<u>0,70402</u>	<u>2,35275</u>

### 32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Durante o exercício, a Companhia, através de sua controlada indireta Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V., adquiriu participação societária no Grupo Galaz e sua controlada Iochpe Holdings, LLC adquiriu participação societária na Hayes Lemmerz e suas subsidiárias. Os valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, líquido dos respectivos caixas, estão demonstrados na nota explicativa nº2.

### 33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto adotam uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2012, é assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Danos materiais e lucros cessantes	634.208	1.083.055
Responsabilidade civil	1.014	204.350

### 34. RECLASSIFICAÇÕES

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram feitas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2011 em relação aos originalmente publicados referentes a:

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, que em 31 de dezembro de 2011 foram apresentados individualmente no ativo e no passivo não circulante, foram reclassificados considerando a compensação entre ativos e passivos líquidos, levando em consideração as questões relacionadas a natureza, entidade legal e jurisdição tributária aos quais pertencem. Foram reclassificados entre ativo não circulante e passivo não circulante, R\$31.818 na controladora e R\$70.428 no consolidado respectivamente.

#### b) Depósitos judiciais recursais e mantidos para pagamento de tributos com exigibilidade suspensa

Os saldos de depósitos judiciais segregados entre (i) depósitos judiciais recursais e (ii) depósitos judiciais mantidos para pagamentos de tributos com exigibilidade suspensa, foram reclassificados entre o ativo e passivo não circulantes em 31 de dezembro de 2011 da seguinte forma: R\$7.499 na controladora e R\$15.664 no consolidado.

c) Demonstração do fluxo de caixa

Nas demonstrações dos fluxos de caixas na controladora e no consolidado, foram reclassificados resgates de aplicações financeiras que originalmente estavam classificadas como atividades operacionais, para as atividades de investimento, nos montantes de R\$200.930 e R\$219.644 respectivamente.

35. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 25 de fevereiro de 2013.

---

Dan Ioschpe  
Presidente

Oscar A.F. Becker  
Diretor de Relações  
com Investidores

Adriano R. Santos  
Controller Corporativo

Rogério Galvão Fagá  
Contador  
CRC 1 SP 262917/O-7